



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 493 - DE 1 A 15 DE MARÇO DE 2015 - R\$ 3,00

**Rechaçar a ofensiva militar do imperialismo sobre o Estado Islâmico!
Ao lado da nação oprimida
contra a nação opressora!**



**A resposta proletária à corrupção:
Tribunais Populares para julgar e
punir de fato a burguesia e seus governos.
Por em pé a oposição revolucionária
ao governo burguês de Dilma!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Por um Tribunal Popular

Os inúmeros escândalos de corrupção mostram que todos os partidos e politiquieiros da burguesia roubam os cofres públicos. Em todas as esferas do Estado existem quadrilhas especializadas em saquear os recursos. De nada adianta desbaratar uma, porque outra toma seu lugar. Os saqueadores dos fundos públicos, seja para manter os partidos, seja para as campanhas eleitorais milionárias, seja para enriquecimento pessoal, expressam as relações capitalistas no seio do Estado. Nenhum partido da burguesia e nenhuma das instituições do Estado pode apurar e punir seus próprios crimes. A classe operária, sim, por ser explorada, por não participar no Estado e por não ter nenhum interesse particular, pode combater a corrupção e punir os crimes da burguesia. Para isso, tem de se organizar no terreno da independência de classe por meio de seu partido revolucionário. Nesse sentido, o POR defende a constituição de um Tribunal Popular, completamente oposto às instituições do Estado e dos aparatos civis dos exploradores.

A Operação Lava Jato da Polícia Federal, pelo visto, está concluída. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está de posse das denúncias contra dezenas de parlamentares.

O processo envolve grandes empreiteiras, executivos da Petrobrás, contraventores e políticos de vários partidos. Bilhões foram desviados para as campanhas eleitorais. Como intermediários, os executivos se enriqueceram. As empreiteiras tiveram altos lucros com superfaturamentos.

Com as investigações e prisões de donos e gerentes das empreiteiras, sobreveio a desativação dos negócios. Postos de trabalho têm sido fechados e milhares de operários demitidos. A Petrobrás sofreu rebaixamento de uma das agências internacionais. Dada a combinação da queda mundial do preço do petróleo com as consequências das denúncias de corrupção, suas ações caíram vertiginosamente e a petrolífera perdeu valor de mercado.

No centro do escândalo está o PT. No centro da crise política, o governo Dilma Rousseff. O PSDB abriga um movimento incipiente pró-cassação de mandato da presidente. No entanto, está na lista dos beneficiários das empreiteiras. Seu ex-presidente, o falecido Sérgio Guerra, foi denunciado como um dos receptores de milionária propina. O senador Antônio Anastasia, segundo a denúncia, recebeu 1 milhão para a campanha eleitoral de 2010.

Às vésperas de se revelarem os nomes dos parlamentares envolvidos, foi constituída uma nova CPI. Em seu interior, trava-se uma disputa entre a oposição e a situação para ver se esta servirá aos propósitos do PSDB/DEM ou do PT/PMDB. Parte significativa de seus componentes recebeu dinheiro das empreiteiras.

Dilma, na posse de seu segundo mandato, declarou que as investigações não deveriam concluir com a criminalização das empreiteiras, devendo ser punidos apenas aqueles que fizeram as falcaturas.

Agora, está em andamento o conflito entre o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União em torno de quem deve realizar os “acordos de leniência”, com os quais se chega a um valor a ser restituído pelas empreiteiras e, finalmente, a absolvição. Os procuradores da República denunciam a intenção do advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, de manobrar por uma leniência favorável aos corruptores. Exigem que o acordo seja feito pelo Tribunal de Contas da União. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi denunciado pela própria polícia federal do Paraná, responsável pela Operação Lava Jato, de ter recebido em seu gabinete advogados das empreiteiras. Segundo o juiz federal Sérgio Moro, as empresas pressionam o governo para que se encontre uma solução política, que as livre de condenação. Observa-se uma luta nos bastidores entre governistas e oposicionistas, que contaminou as várias instituições do Estado.

Em meio a esse processo, a 1ª turma do Supremo Tribunal Federal arquivou o inquérito que apurava o envolvimento de José Ani-

bal/PSDB e Rodrigo Garcia/DEM no escândalo do metrô e trens de São Paulo. No Rio Grande do Norte, o ministério público denunciou o senador José Agripino Maia, presidente nacional do DEM, de ter recebido 1 milhão de Reais como propina para aprovar o serviço de inspeção veicular. Nada disso é surpreendente. O Estado burguês espelha as relações capitalistas de produção, de acumulação de riqueza e de miséria das massas. Os governos favorecem os grupos econômicos mais poderosos. Os partidos dependem deles para terem caixa. Constituem-se quadrilhas nas várias esferas estatais. Os escândalos explodem quando se acirram as concorrências de empresas dependentes do Estado, quando se agudiza a polarização entre os partidos da burguesia e quando a crise econômica resulta em crise política.

As denúncias de corrupção e as investigações expressam as disputas interburguesas. Assistimos nas eleições as acusações mútuas entre o candidato da oposição (PSDB) e da situação (PT). Encerrada essa contenda, as investidas da oposição se potenciaram com os dados revelados pela Operação Lava Jato. A questão que se coloca é se a solução encontrada favorecerá politicamente os oposicionistas ou governistas. O resultado pesará nas próximas eleições. A bandeira do impeachment está sendo utilizada como instrumento de manobra pelo PSDB. Somente ganhará concretude no caso de a crise econômica avançar sem controle, o governo se desestabilizar diante das massas e se criar um ambiente favorável à sua destituição institucional.

O PT e PSDB necessitam arrastar os explorados por trás das disputas interburguesas no interior do Estado. O PT conta a seu favor com os aparatos sindicais e a sua burocracia servil, que podem mobilizar setores da classe operária e populares. O PSDB conta com o descontentamento da classe média e se utiliza de organizações superestruturais financiadas para atuar nas redes sociais.

A classe operária, os camponeses e as massas urbanas empobrecidas, no entanto, estão à margem da disputa interburguesa. A sua preocupação se volta às demissões, ao desemprego, ao salário mínimo de fome, ao aumento das tarifas e do custo de vida, à saúde precarizada, à falta de moradias e aos cortes de águas nos bairros pobres. A partir dessa preocupação se podem levantar as reivindicações dos explorados, organizar a luta coletiva e desenvolver a política de independência de classe. No entanto, não se deve desconhecer a crise política, porque esta poderá se converter em canalização dos explorados para soluções reacionárias.

Diante do escândalo de corrupção, não só da Petrobrás, a resposta proletária é a de constituir um **Tribunal Popular**, que emerge das lutas e que seja produto do combate pela independência de classe. Os crimes da burguesia – é disso que se tratam os escândalos de corrupção – somente podem ser apurados e devidamente punidos pela classe operária mobilizada e organizada em seu terreno próprio. **A defesa do Tribunal Popular faz parte da bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff.**

Como enfrentar a crise política

O sinal exterior da crise política se reflete na discussão sobre a destituição de Dilma Rousseff da presidência da República. Setores do PSDB e da direita pequeno-burguesa levantam a bandeira de “impeachment”. Está prevista para março uma manifestação nesse sentido. O governo, PT, burocracia cutista e mesmo correntes de esquerda denunciam o golpismo. Discute-se a constituição de uma frente popular para se contrapor à marcha do golpe. Inúmeros são os artigos da grande imprensa comentando os prós e contras.

Importantes figuras do PSDB e do DEM, porém, juram que a cassação não é um objetivo, a não ser que se configure uma situação insustentável. Ou seja, não se trata de dar concretude a um movimento dessa natureza, porque as condições políticas e sociais não permitem. Isso explica por que a imprensa mais furiosa antipetista não ecoa a bandeira do “impeachment” em seus editoriais. No sentido contrário, há correntes de esquerda que reclamam que pouco se tem feito para mobilizar as massas contra o golpismo. A burocracia cutista se declara em posição de alerta a qualquer ação da direita contra Dilma Rousseff.

As diretrizes econômicas assumidas pelo governo reeleito não enseja nenhuma atitude adversária da burguesia e da oposição liderada pelo PSDB. Pelo contrário, não é considerado um demérito o fato de a presidente ter adotado a linha da oposição e de ter entregado os ministérios estratégicos a homens vinculados ao capital financeiro. O problema está em que o PT e sua burocracia sindical sentem dificuldades perante a população de defender o ajuste fiscal traçado por Joaquim Levi. A base aliada, manejada pelo PMDB, por seu lado, utiliza a mudança de rumo da política econômica para exigir maior poder. A eleição do direitista Eduardo Cunha (PMDB) serviu para orquestrar uma oposição no seio da base aliada. A reunião do ministro Levi com a camarilha do PMDB foi um gesto de subserviência do governo a Eduardo Cunha.

Essa movimentação contraditória sob os pés de Dilma Rousseff, sem dúvida, é expressão da crise política. Nota-se que as dificuldades do governo não se devem à oposição e muito menos a sua ala pró-impeachment. A recessão, o crescente desequilíbrio macroeconômico, a falência da orientação anterior conduzida pelo ministro Guido Mantega, a pressão do grande capital, a reorientação da política econômica e o descontentamento das bases petistas provocam divisões e confusões no governo. A oposição tão somente colhe os frutos e trabalha para que nas próximas eleições esteja mais bem preparada.

Se não fosse essa tremenda confusão nas hostes do governo, o PSDB e seus aliados na máquina do Estado (Polícia Federal, Judiciário e Promotoria) não teriam um campo tão aberto para colocar o escândalo da Petrobrás no centro da crise política. O governo petista carrega não apenas a responsabilidade político-administrativa pela bandidagem como também o papel por ser defensor da saúde financeira das empreiteiras, em nome da economia e dos empregos.

O PSDB pode ficar em seu camarote como acusador e defensor da moralidade pública. No caso do “mensalão”, se livrou do processo, ainda que tenha sido o seu progenitor. No caso do “petrolão” (assim também o batizou a oposição), sabe-se que tudo começou no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas de nada adianta o PT querer que seus crimes sejam amenizados atando-os aos crimes do PSDB. Os crimes na ad-

ministração peessedebista em São Paulo, no fabuloso caso de corrupção nas obras do metrô e ferrovias, acabam de ser absolvidos pelo Supremo Tribunal Federal. O rosário de escândalos do PSDB suporta muito mais contas que o do PT. Mas se trata de um partido protegido pela grande burguesia do Sudeste/Sul, pelo aparato estatal e imprensa. Não irá se lançar a uma aventura de cassação de Dilma, motivada pelo maior escândalo de corrupção da República, segundo a imprensa opositora. Os petistas não estão em condições de desdizerem e desmontarem a farsa. O que exige força social e política para colocar o PSDB no banco dos réus.

O maior interesse pela exposição da quadrilha que saqueou a empresa está em que o escândalo fortalece os defensores de sua privatização integral. Entre eles, está o PSDB. A denúncia desse fato é um trunfo dos petistas e de sua burocracia sindical. A manifestação realizada no Rio de Janeiro, convocada pela Federação Única dos Petroleiros, com a destacada presença de Luis Inácio Lula da Silva e João Pedro Stédile, foi um sinal de que os petistas pretendem colocar um sinal de igualdade entre o governo Dilma e a Petrobrás estatal. Para defender um, é preciso obrigatoriamente defender o outro. Trata-se de uma farsa sem tamanho. Dilma vem impulsionando as privatizações. Se for necessário entregar a Petrobrás para salvar seu governo, o fará.

É conveniente a Lula, Stédile, Dilma, etc. posarem de defensores do “petróleo é nosso”. Com esse nacionalismo fajuto, os petistas querem salvar a própria pele. Ameaçam mobilizar suas bases contra o golpismo. Eis a outra faceta da farsa. No dia seguinte da manifestação, Lula correu a confabular com os caciques do PMDB para unificar a base aliada em torno das diretrizes anunciadas por Joaquim Levi. Do êxito da política econômica, depende a estabilização do governo. A burguesia brasileira e a imperialista esperam que Dilma seja firme no apoio aos ministros da área econômica. A centralização do Estado se dará sobre a base das medidas capitalistas de enfrentamento da crise econômica. Lula se dispôs a trabalhar para que assim se cumpra.

O caudilho observa que o chamado “núcleo duro do governo”, constituído por ministros petistas e responsável pela condução política do governo, vem cedendo às pressões de alguns setores da burguesia e da burocracia sindical para que negocie as decisões de Levy. Lula quer que Dilma se manifeste com absoluta clareza que está com Levy. Para isso, terá de exigir alinhamento do núcleo político à centralização. Essa posição garantirá a sobrevivência de Dilma e possibilitará ao PT vencer as próximas eleições, com Lula à frente. Assim, o governo poderá atravessar o furacão da Petrobrás.

A Procuradoria Geral da República logo mais divulgará os nomes dos parlamentares denunciados na operação Lava Jato. São tantos que se torna difícil eleger os bodes expiatórios. O mais provável é que se entre na fase de contornar o conflito. A discussão sobre um “acordo de leniência” para salvar as empreiteiras do desmoronamento revelou a movimentação de bastidores para se encontrar um final o menos desastroso possível ao impasse da Petrobrás. O conflito entre poderes (a PF do Paraná com o ministério da Justiça, o Tribunal de Contas da União com a Controladoria Geral da União) são manifestações das forças encarregadas do desfecho. Sem dúvida, há

uma intensa negociação nesse sentido às costas da população. Criou-se uma nova CPI, composta de inúmeros parlamentares que constam da folha de contribuição das empreiteiras. Não se manifestam forças que tenham decididamente por objetivo concluir o processo no impeachment.

E os explorados? Os petistas e sua burocracia têm de sustentar um governo antinacional, antioperário e antipopular. Somando-se essas três qualidades, se tem um governo reacionário. A tarefa dos burocratas na próxima etapa do governo é a de ocultar seu caráter burguês, voltado a atacar a vida das massas. Qualquer concessão dos sindicatos e das esquerdas a

Dilma serve ao grande capital. Qualquer vacilação diante das manobras em torno do golpismo para justificar o apoio a Dilma serve à luta interburguesa.

A tarefa consiste justamente em desmascarar perante os pobres e oprimidos o governo antioperário. Que será cumprida, defendendo com vigor as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores e ao seu governo. Uma das ações é a defesa da derrubada de todas as medidas que sacrificam os trabalhadores. A bandeira que corresponde à crise política é organizar no seio das massas a **Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff (PT)**.

Montadoras: responder às demissões

As montadoras se protegem dos efeitos da crise econômica. Usam os argumentos de que a produção de veículos caiu 15,3% no ano passado. Que a capacidade anual é de 5,8 milhões de unidades e que a demanda para 2015 não passa de 3 milhões. A saída capitalista é a redução da capacidade instalada, que deve saltar de 62% para 53%, e diminuição de mão de obra - as montadoras empregam 144 mil trabalhadores e há um excedente de 20 mil. Tendo em mãos esse diagnóstico, as multinacionais impõem os Programas de Demissão Voluntária (PDVs), as suspensões temporárias (lay-off) e o Banco de Horas. A Mercedes-Benz possui 750 metalúrgicos em lay-off até julho em São Bernardo do Campo e 170, em Juiz de Fora; a GM de São Caetano, 950 e a de São José dos Campos, 650. A Ford, por sua vez, aplicou o Banco de Horas. A política da burocracia dos sindicatos é a de correr atrás dos ministros, do governo e das montadoras. Trata o problema das demissões e das medidas antioperárias como caso. Mendiga “negociações” com as multinacionais, objetivando amenizar o impacto dessas medidas. Desconsidera a ação centralizada do governo e dos capitalistas sobre os trabalhadores. Cria a ilusão de que é possível conter a ofensiva patronal sem a necessidade de recorrer à ação coletiva dos metalúrgicos. O resultado está aí: a classe operária se encontra desorganizada para enfrentar com seus métodos as demissões.

Qual deve ser a resposta dos metalúrgicos? A força dos operá-

rios está na paralisação das fábricas, na ocupação e nas manifestações de rua. O que implica a unidade, ou seja, responder coletivamente às medidas dos capitalistas. O problema da GM é o mesmo da Mercedes-Benz, da Volks, da Ford e das outras montadoras. A superprodução e a queda nas vendas são de responsabilidade dos capitalistas, que estão no comando da economia do País. Os metalúrgicos dão o sangue nas fábricas e a riqueza produzida fica nas mãos das montadoras, que remetem lucros fabulosos para suas matrizes. Em épocas de crise econômica, usam o poder de demitir para proteger sua lucratividade. Por isso, nossa resposta tem de ser de classe. Devemos exigir que os sindicatos convoquem a assembleia geral para aprovar um plano único de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos; que preparem a greve diante da negativa dos capitalistas em aceitar as reivindicações; que unifiquem a classe operária em torno das reivindicações gerais, como o emprego, o salário e os direitos. Diante da burocratização dos sindicatos, é fundamental a construção dos comitês de luta, que unam empregados e desempregados.

O plano nacional de luta deve partir da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários; da estabilidade no emprego; da divisão das horas de trabalho entre empregados e desempregados para acabar com todo o desemprego (escala móvel das horas de trabalho); 4) do reajuste automático do salário de acordo com elevação do custo de vida e do salário mínimo vital.

A greve da GM mostra o caminho

A greve dos metalúrgicos da GM de São José dos Campos durou seis dias. Concluiu com o seguinte acordo, segundo o sindicato: a partir de 9 de março, 650 operários entram em lay-off (suspensão temporária) por cinco meses, no retorno têm a garantia de três meses de estabilidade. Receberão integralmente os salários e terão direito à PLR (participação nos lucros e resultados). A greve foi aprovada na assembleia em resposta ao “*plano de demissão para 798 trabalhadores*”. O sindicato avalia que foi uma vitória, uma vez que a montadora recuou em seu propósito. Mas tem consciência de que é provisório. Certamente, a GM retomará a ofensiva. Tudo indica que a manobra de seus administradores foi influenciada pela manobra da Volks, que também enfrentou a greve contra a demissão de 800 metalúrgicos.

A resistência na GM e na Volks indica a via de enfrentamento à destruição de postos de trabalho em razão da crise econômica. Mas também expôs a fragilidade do movimento operário. Ambos os acordos não garantem os empregos. O certo é não cantar a vitória, mas trabalhar pela superação dos obstáculos políticos e organizativos que colocam o proletariado em posição de fraqueza diante dos capitalistas. Na GM de São José dos Campos, os ataques aos trabalhadores vêm ocorrendo

há algum tempo. O que se passa também nas demais montadoras. A ofensiva das multinacionais ocorre diante da fragmentação dos metalúrgicos e da ausência de uma direção capaz de defender as reivindicações e centralizar o combate. A greve da GM e o adiamento das demissões refletem essa situação.

A CSP-Conlutas/PSTU que dirige o importante sindicato de São José dos Campos se mostrou incapaz de quebrar o isolamento da greve. De nada adianta o chamado a unidade com a CUT e Força Sindical quando não expressa uma vigorosa organização dos metalúrgicos que estão sob sua direção. A verdade é que o acordo de lay-off não passa de uma máscara que provisoriamente serve para ludibriar os grevistas. Diante da gigantesca crise que se desenvolve no país, é preciso preparar política e organizativamente para enfrentar um brutal choque com os exploradores. A greve sem combate e sem firmeza na defesa da reivindicação do emprego somente poderia, na melhor das hipóteses, chegar a um acordo fraudulento. O balanço a ser feito diante dos metalúrgicos é o de que a GM fez um acordo para ganhar tempo e preparar melhor seu ataque. Os metalúrgicos devem se armar política e organizativamente para um verdadeiro levante em defesa dos empregos.

Todo apoio a greve dos metalúrgicos da GM de São José dos Campos

Carta aos operários

São necessários todos os esforços para que a greve da GM seja vitoriosa. O que exige firmeza na paralisação e disposição de ganhar as ruas. A greve é justa e necessária. A GM há tempo vem abusando com a imposição de acordos de redução salarial, fechamento de linha de montagem, PDV e lay off. Muitos já foram demitidos. Mesmo assim, a multinacional norte-americana pretende ir mais fundo na destruição de postos de trabalho. Está claro que a intenção da montadora de colocar 800 metalúrgicos em suspensão temporária tem por objetivo jogá-los na rua assim que vencerem os dois meses previstos. Não por acaso, a empresa não aceitou a proposta do sindicato de garantir estabilidade, seguindo o mesmo critério dos 798 operários que acabam de retornar do lay off, tendo como garantia a estabilidade por cinco meses.

A GM recorreu à Justiça do Trabalho para que a greve seja considerada abusiva e ilegal. Justifica que o sindicato não colocou a proposta integral para a assembleia, que a empresa não disse que iria demitir e que a greve não está de acordo com a legislação que exige que o sindicato avise o seu início com antecedência. A GM falseia quando afirma que não pretende demitir. Não é novidade que a montadora vem anunciando que a venda de carros está fraca e que não pode manter o excedente de mão-de-obra.

As demissões no setor automotivo vêm crescendo. A liquidação de 12 mil postos de trabalho no ano passado indica que a crise avança e as demissões assumem proporções massivas. Recentemente, os metalúrgicos da Volks rejeitaram em assembleia um violento pacote e tiveram de ir à greve contra a demissão de 800 companheiros. Sabemos perfeitamente que a readmissão não resultou em solução definitiva do problema. A montadora alemã forçará os PDVs. Os operários da Mercedes-Benz têm sido vítimas do facão patronal. Lembramos, também, a mobilização dos metalúrgicos da Volvo em Curitiba diante das demissões. Como se vê, a tormenta não atinge apenas os trabalhadores da GM de São José dos Campos.

É preciso ter claro que o acordo passado, assinado pelo sindicato, resultou em redução do piso salarial e em demissões por meio do PDV. Houve quem dissesse que foi uma vitória parcial, porque se havia obtido uma estabilidade temporária. Agora, se vê que o acordo serviu apenas à GM. A greve é a resposta coletiva que pode barrar as demissões e a precarização das condições de trabalho. Mas deve ser uma greve ativa, que se organize em mobilizações massivas e que chame a atenção da classe operária para a luta unificada contra a destruição de postos de trabalho e aplicação dos planos patronais de flexibilização.

O chamado do sindicato para que as Centrais sindicais convoquem um *Dia Nacional de Paralisação* contra as demissões nas montadoras mostra o caminho correto de enfrentamento às multinacionais. A mobilização unificada dos sindicatos metalúrgicos não só é necessária como já deveria ter ocorrido. Acontece que os sindicatos são dirigidos por burocracias corporativistas que dividem os metalúrgicos e não querem a mobilização unitária. Mas os operários vêm sentindo a necessidade de reagir diante dos lay offs, PDVs e todo tipo de ataque aos empregos. É por aí que se imporá a unidade dos explorados contra a vontade das direções sindicais comprometidas com as

multinacionais e os governos.

Tudo indica que a Carta do sindicato de São José dos Campos propondo o *Dia Nacional de Paralisação* será engavetada, a não ser que a greve na GM se projete politicamente sobre os demais trabalhadores. Uma medida que o sindicato poderia tomar seria o de constituir um *Comitê de Mobilização* que congregue todos aqueles que queiram defender os empregos e a vitória da greve da GM. Esse comitê iria para as fábricas defender que os sindicatos e as Centrais apoiem imediatamente os metalúrgicos da GM e organizem a campanha contra as demissões.

Não nos parece correta a proposta do sindicato de chamar o ministro do Trabalho, Manoel Dias, para que “o governo federal faça a intermediação nas negociações com a GM”. Essa manobra política pode criar a ilusão de que o governo burguês de Dilma Rousseff ajudaria a se obter um acordo favorável aos metalúrgicos. Já houve experiências nesse sentido, que foram negativas para o movimento operário. O que se deve fazer é denunciar a conivência do governo que subsidiou as montadoras com bilhões de reais e que as protege diante das demissões em massa. A tarefa é a de fortalecer a confiança dos grevistas de que com sua coesão derrotarão as demissões. De que com sua mobilização diária ganhará apoio regional e nacional da classe operária.

Não se pode desconhecer que a greve da GM está diante de capitalistas inflexíveis. A burguesia e seus governos descarregam a crise econômica sobre o conjunto da classe operária e dos demais explorados. Vejam as recentes medidas de Dilma Rousseff contra o seguro-desemprego, abono salarial, etc. Esses ataques são apenas o começo. O capitalismo não tem outra solução para suas crises a não ser o sacrifício dos explorados. Assim funciona a sociedade de classes. O problema está em que a classe operária está desorganizada, o que impede responder aos ataques coletivamente. Qualquer greve que comece em uma fábrica padece da desorganização nacional da classe operária. Vamos supor que os sindicatos estivessem sob direções classistas e combativas: o que estariam fazendo diante das demissões da GM? O que teriam feito diante das demissões na Volks? Estariam usando os sindicatos para organizar imediatamente uma campanha ativa de apoio e estariam defendendo as reivindicações que de fato protegem a vida dos explorados. É preciso fazer com que a classe operária levante as reivindicações que de fato protegem sua vida e trabalho e como lutar por elas.

Diante de uma crise tão profunda, está colocada a defesa de: 1) redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários; 2) estabilidade no emprego; 3) emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho; 4) reposição das perdas salariais, salário mínimo vital (R\$ 4.600,00) com escala móvel de reajuste; 5) fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho. Todo sindicato deveria convocar assembleias e aprovar esse plano de reivindicação de defesa da vida dos explorados e de luta contra o capitalismo. Isso pode ser feito pela greve da GM e lançada para o conjunto da classe operária.

**Todo apoio aos metalúrgicos da GM!
Pela vitória da greve!**

21 de fevereiro de 2015

A classe operária em Rondônia deve se mobilizar:

Desemprego e precarização atingem os operários de Jirau e Santo Antônio

Nem bem o ano começou, os anúncios de cortes de gastos e de demissões na Camargo Corrêa, que está frente da hidrelétrica de Jirau e participa do consórcio da construção da Belo Monte, demonstram que os trabalhadores das obras estão com “a corda no pescoço”. Desde 2013, as demissões vêm se intensificando e hoje com quase 90% das obras terminadas, a maior parte dos contratados foram demitidos. Jirau chegou a ter cerca de 20 mil operários em 2012; essa massa proletária pelo excesso de trabalho, pelas condições de moradia, pelos baixos salários, encabeçou junto com o operariado da obra de Santo Antônio, ambas no Rio Madeira, protagonizaram as maiores e poderosas greves-levantes dos últimos anos. Porto Velho parou com a força coletiva do operariado que exigia: melhores condições de trabalho e de existência nos canteiros de obra.

Passadas as greves de 2011 e 2012, amordaçadas pelas burocracias sindicais, pelos acordos da CUT e Força Sindical com o governo, pela violência da Força Nacional de Segurança, criada pelo governo Lula/PT, os operários continuaram a sofrer o assédio para trabalharem como semi-escravos. Os dados oficiais mostram que, de 2008 a 2012, 13 operários morreram nas obras apenas em Jirau.

A burocracia que dirige o sindicato e que negocia com o governo não se importa com as permanentes demissões: acha natural os operários serem descartados depois de terminada a obra principal. Mas como ficam os que saíram de suas cidades, de seus Estados e agora não têm emprego? Com quem devem ficar as riquezas produzidas pelo suor e sangue dos operários? As grandes empreiteiras ganharam milhões e agora, diante da crise, assumem não poder continuar com a “alta folha de pagamento”, embora tenham já ganho bilhões durante esses anos.

No dia 09/02, os burocratas do sindicato, de tanto receber denúncias dos operários, soltaram uma nota em jornais locais de que as empresas terceirizadas da Energia Sustentável do Brasil (ESBR) não estão cumprindo o acordo coletivo de trabalho, que

foi aprovado no passado. Os operários ameaçam fazer o movimento grevista caso não haja o cumprimento imediato do tal acordo. Imediatamente a CUT, conciliadora, temendo o levante dos operários, no dia 11/02, lançou uma nota de cobrança às empresas construtoras das duas usinas: Jirau e Santo Antônio para o cumprimento dos pontos do acordo, buscando com isso a negociação de gabinete, visto que a data base se aproxima.

A militância que distribui o Boletim “Nossa Classe” adverte que os operários não devem abaixar a cabeça e aceitar a demissão e acordos de gabinetes assinados pelos burocratas da CUT e Sticero: devem exigir assembleias coletivas para deliberar pauta de luta unificada dos operários das duas usinas para garantir que os empregos sejam mantidos, mesmo que a obra seja encerrada. A obra precisa de manutenção e sem contar com a necessidade de dar conta de atenuar os danos ambientais decorrentes do empreendimento milionário, o que requer o emprego de mão de obra operária. Todos os operários devem ter o trabalho, mesmo que para isso os patrões tenham que diminuir as horas de trabalho de cada um, mas sem diminuir os salários.

A nossa defesa deve ser essa: Estabilidade para todos os operários que estão há anos nas obras: nenhuma demissão! Diminuição da jornada, sem diminuição dos salários: emprego a todos!

Jirau e Santo Antônio continuarão a gerar riquezas, é mais que justo que todos que se sacrificaram para erguer essas obras continuem empregados. *Que as empreiteiras cortem seus lucros e mantenham os operários nas obras. Toda riqueza criada deve ficar nas mãos daqueles que a criaram. Que a crise capitalista seja paga pelos capitalistas e não pela classe operária.*

O Boletim Nossa Classe denuncia as medidas governamentais que atingem os explorados. Faz a campanha de que nenhum direito pode ser arrancado. E que não há outra via de mantê-los a não ser a luta direta e coletiva nas ruas. Participe dos encontros do Boletim Nossa Classe. Façam suas denúncias para nosso Boletim.

Paraná: Greve do funcionalismo

Desde o dia 9 de fevereiro, diversas categorias de servidores estaduais decretaram greve por tempo indeterminado contra um pacote de medidas que, a pretexto de “ajuste fiscal”, ataca direitos dos trabalhadores. Acaba com quinquênios, progressões, e principalmente liquida o fundo acumulado da PARANAPREVIDÊNCIA para pagamento de outras contas do governo.

Após a eleição de Beto Richa já no primeiro turno, o estado do Paraná começou a restringir gastos com os serviços públicos e obras, pretextando dificuldades financeiras. Os repasses de custeio das universidades, por exemplo, estão suspensos desde novembro de 2014 e até hoje, não conseguem pagar nem a conta de água e energia elétrica. Mas, no finzinho de dezembro, no “apagar das luzes”, a Assembleia Legislativa (onde Richa tem uma maioria esmagadora de fiéis deputados) aprovou um primeiro “pacotão” de “ajuste fiscal” elevando impostos e taxando os aposentados que não contribuíam para a Previdência.

Na medida em que este primeiro “pacotão” não teve reação do funcionalismo, o governo imaginou que durante as férias, ou pouco antes das aulas começarem, poderia de novo “tratorar” e rapidamente avançar com outras medidas antipopulares e atacar direitos.

Com essa intenção, encaminhou dois projetos de lei com diversas mudanças nas relações de trabalho e principalmente alterando o uso dos recursos (8 bilhões de reais) da PARANAPREVIDÊNCIA.

Estes projetos de lei iriam tramitar em Comissão Geral (o chamado “tratoração” ou seja, em dois dias no plenário da Assembleia Legislativa) na semana de 9 a 13, antes do carnaval. No final de semana anterior, diversos sindicatos realizaram reuniões e assembleias para enfrentar o infame pacote. A mais importante foi a assembleia com mais de 10 mil professores que a APP Sindicato realizou em Guarapuava no sábado 7, decretando a greve por unanimidade a partir do dia 9. As universidades também se mobilizaram e deliberaram em assembleias entrar em greve de docentes e funcionários uma após outra nessa mesma semana. O sindicato da saúde realizou dois dias de paralisação, e se prepara a entrar em greve, o DETRAN entrou em greve em 18 de fevereiro, e o movimento aguarda o ingresso dos agentes penitenciários, meio ambiente, e demais categorias.

APP, o principal sindicato e suas contradições

O sindicato dos professores e servidores da rede estadual de

ensino é o maior de todos. Há décadas é dirigido pelo Partido dos Trabalhadores e tem sido utilizado como aparato eleitoral do petismo, tendo servido para eleição de vários deputados saídos do sindicato. Trata-se de uma burocracia consolidada que comanda um Fórum das Entidades Sindicais do funcionalismo público que lhe serve como caixa de ressonância, constituída nos tempos áureos da CUT e do ascenso do movimento na década de 1980.

Com a crise do petismo, houve uma diversificação na orientação política dos demais sindicatos do funcionalismo (saúde, meio ambiente, justiça, polícia, penitenciária, universidades, etc.) passando alguns a orbitar a Força Sindical, a CTB e até a Conlutas no caso das universidades onde o ANDES intervém.

Em diversas anteriores ocasiões, a APP burocraticamente abandonou outras greves gerais ou do setor da educação, motivo pelo qual há uma grande desconfiança sobre a verdadeira disposição desta burocracia enfrentar o governo até o fim. Vai daí a “prudência” com que o sindicato da saúde, por exemplo, intervém no movimento e até agora não deflagrou greve geral.

Por outro lado, na base da APP há milhares de professores temporários, muito jovens, combativos e em situação de penúria duramente atingidos pelos cortes orçamentários, e restrições arbitrárias do governo. A maioria não recebe os salários desde novembro do ano passado e os demitidos no final de ano não receberam os acertos. Esta juventude constitui um fator de alta explosividade do movimento e é o setor mais radicalizado nos enfrentamentos, cuja reação a burocracia da APP não pode controlar.

Por força do enfrentamento, a APP teve que consentir em abrir o clube fechado do Fórum das Entidades Sindicais para outros sindicatos que não fazem parte dele; os das universidades, e nos próximos dias o conjunto de sindicatos e greves deverão ter outro enfrentamento com o governo.

Ação direta e ocupação da assembleia trava o “tratoração”

A tramitação dos projetos de lei deveria ocorrer entre os dias 10 e 12 de fevereiro e seria em regime de comissão geral. Desde a segunda feira dia 9, milhares de servidores ocuparam a praça diante da assembleia legislativa para pressionar a retirada do pacote. Calcula-se que haveria no mínimo 20 mil pessoas se manifestando. Quando os deputados aprovaram a comissão geral, houve a ocupação da assembleia e a suspensão da sessão, impedindo a aprovação no dia 10.

No dia 12, os deputados entraram à assembleia num camburão da Polícia de Choque, enfrentando a ira dos servidores que cercavam e entrada. Houve repressão com gases e balas de borracha, mas os deputados conseguiram se reunir em sessão secreta no quinto andar da assembleia, onde aprovaram os projetos de lei. Os servidores subiram até o quinto andar e por pouco não invadiram a sessão secreta, sendo demovidos pela retirada do projeto por parte do governo. Depoimento de alguns deputados falam que temeram um massacre.

O recuo do governo diante a ação direta e extensão da greve indicavam o seu enfraquecimento evidente, o que estimulou a ampliação da greve para outras categorias. Durante o carnaval, foram realizadas diversas reuniões e assembleias apontando na direção de uma greve geral de todo o funcionalismo e a constituição de um comando unificado.

Esta possibilidade, no entanto, sofre a resistência burocrática da APP e do Fórum. Ademais, nos últimos dias, a APP vem negociado com o governo o atendimento de sua pauta específica e já cogitam a suspensão da greve, caso sejam atendidas

algumas de suas reivindicações.

Nas universidades, o movimento vem se ampliando e em algumas se caminha para constituição de comandos unificados com funcionários e estudantes. O movimento estudantil finalmente aderiu ao movimento e também está em greve.

É evidente, diante da situação em que o governo embora enfraquecido insiste em aprovar os ataques aos direitos dos servidores e a disposição de luta se espalha para outros setores, que o movimento tem de se ampliar e unificar.

Recuo do governo

Diante da imensa resistência do funcionalismo, na última semana, o governo recuou e vem negociando com alguns sindicatos o atendimento de parte de suas reivindicações. Dessa forma, imagina retirar da luta os maiores para enfraquecer o conjunto.

No entanto, diante da disposição do governo em manter a sua intenção de botar a mão nos fundos da PARANÁPREVIDÊNCIA, o funcionalismo continua mobilizado e desconfiado, tendo adiado assembleias gerais para aguardar os movimentos do governador, mantendo a greve e se estendendo a outras categorias.

No caso das universidades, chamou os reitores para prometer o atendimento de algumas das necessidades da burocracia e para que estes façam o trabalho de desmobilização anunciando que “a pauta teria sido atendida”.

Porém, logo após estas supostas concessões, o mesmo governador anunciou que reenviaria o projeto capturando os recursos da previdência, reacendendo a disposição de luta dos grevistas. Manobras da burocracia que tentavam acabar com a greve neste final de semana, não puderam ser completadas pela revolta das bases, adiando-se as assembleias decisivas para o meio da semana.

Diante do enfraquecimento do governo, ressalta a grande fragilidade do movimento que é a sua divisão e burocratização. A APP (professores e funcionários da rede estadual) resiste em constituir um comando unificado que potenciará a luta e permitiria derrotar o governo.

A disposição de luta do funcionalismo não foi quebrada, mas se chocará com as manobras das burocracias universitárias e sindicais. A manutenção de comandos unificados locais indica a necessidade de se estruturar um único comando estadual baseado nas assembleias.

A bandeira de retirada definitiva do projeto de alteração do sistema previdenciário tende a se constituir o núcleo do enfrentamento político do funcionalismo com o governo.

Nota do Comando de Greve

O Comando de Greve dos docentes da UEL, UENP e UNESPAR-Apucarana, em face das reuniões ocorridas durante a semana e das últimas declarações do governador do Estado confirmando que enviará proposta de alteração do regime previdenciário, avalia que não há razões para suspensão do movimento de greve. Nesse sentido, e para orientar os docentes informa que:

1. A greve continua.
2. O governo não atendeu a pauta, pois, insiste em alterar o regime previdenciário, mesmo tendo se comprometido a arquivá-lo.
3. Exigimos que o projeto de alteração da PARANÁPREVIDÊNCIA seja definitivamente arquivado.
4. Se mantém o calendário já determinado e a próxima assembleia docente será realizada na quarta-feira dia 4 de março.

27 de fevereiro de 2015

34º Congresso do Andes mantém a política reformista e avança no cerceamento à democracia sindical

* balanço parcial feito no penúltimo dia do Congresso.

O 34º Congresso do Andes-Sindicato Nacional foi realizado em Brasília, de 23 a 28 de fevereiro, com a presença de 441 participantes, sendo 339 delegados escolhidos em assembleias nas 71 sessões sindicais presentes.

Ocorreu no momento em que o governo federal cortou 7 bilhões de reais no orçamento anual da Educação; em que as instituições estaduais de ensino superior lutam contra o arrocho salarial, estrangulamento orçamentário, ingerência e ameaças de fechamento de universidades. Ao mesmo tempo, o governo antinacional e antipopular de Dilma Rousseff (PT) descarrega nas costas dos trabalhadores o peso da crise econômica mundial, com as MPs 664, 665, veto à correção de 6,5% na tabela do imposto de renda, confiscando parte dos ganhos salariais. Mais ataques estão engatilhados, mirando o salário mínimo e a previdência.

Este cenário exige uma resposta à altura, com um movimento unitário que transborde a passividade imposta pelas burocracias sindicais. O 34º Congresso, porém, por mais que tenha tido um caráter antigovernista, não foi consequente em armar os docentes com um programa que vincule as necessidades mais sentidas dos trabalhadores e o combate à privatização da educação.

Os operários do Comperj, terceirizados, com salários atrasados há três meses, estiveram presentes no congresso. Fizeram falas mostrando as consequências dos ataques aos trabalhadores. Sem salários, seus filhos passam fome. Os professores se emocionaram, porém sua política vai contra estes trabalhadores. Defendem o concurso público. Assim, em nome da meritocracia admitem que sejam jogados nas ruas. É urgente defender a estabilidade no emprego e a efetivação dos terceirizados, sem concurso, com os mesmos direitos. Este é o conteúdo concreto da defesa da vida destes trabalhadores e tantos outros, dentro e fora da universidade, que sofrem com os empregos precários. Mais do que isso, a defesa do emprego se concretiza com a bandeira de escala móvel das horas de trabalho. Já a concretização da defesa das condições de vida dos trabalhadores depende da luta pelo Salário Mínimo Vital (calculados de acordo com as assembleias de base), com escala móvel de reajustes (que os salários subam automaticamente de acordo com a inflação).

O “progressivo” cerceamento à democracia sindical

Percebe-se que as correntes que disputam a direção do Andes (sendo as majoritárias PSol e PCB e minoritária PSTU) não debatem efetivamente um programa que enfrente os problemas vividos pelos docentes e demais explorados. Desperdiçam tempo em correções ortográficas e declarações abstratas. Não apresentam divergências programáticas. Usam as votações como termômetro de sua força, de olho na disputa do aparelho. Parte da base expressa o conservadorismo e corporativismo, considerando irrelevantes os debates mais gerais. É deste

terreno, de disputa aparelhista e despolitização, que brotam as propostas de mutilação da democracia. A direção, por essa via, sufoca as posições minoritárias.

A plenária de abertura explicitou a tendência de limitação cada vez maior à expressão das posições minoritárias dentro do Andes. O tempo de exposição dos textos na plenária de abertura foi cortado pela metade. E as resoluções não apreciadas pelos GTs não podem mais ser remetidas para as plenárias deliberativas, modificando o procedimento anterior. Corre-se o risco de que uma proposta enviada ao Congresso não seja nem mesmo apreciada pelos delegados. A plenária aprovou estas restrições.

A exclusão das propostas não apreciadas pelos GTs das plenárias veio acompanhada de uma manobra que, na prática, converteu os grupos que deveriam discutir todos assuntos em GTs temáticos, definidos arbitrariamente pela direção. Mesmo assim, houve propostas que foram excluídas sem serem debatidas por nenhuma instância do congresso. É preciso revogar todas as medidas que ferem a democracia sindical.

II Congresso da CSP-Conlutas

O Andes é a principal fonte de sustentação financeira da CSP-Conlutas. Com o racha entre PSTU e PSol/PCB, criou-se um antagonismo: que, justamente o grupo que constrói a Inter-sindical sustente a Central criada pelo divisionismo do PSTU. A cada congresso, aprovam-se resoluções formais para “enraizar” a CSP-Conlutas. Explicita-se, assim, que a divisão foi superestrutural. Demonstrando desespero, os docentes ligados ao PSTU propuseram resoluções burocráticas, impositivas e equivocadas, querendo forçar a dupla filiação das seções sindicais (já que o Andes é o sindicato nacional já filiado), impondo prazos e percentuais de contribuição financeira. Foram rechaçados. Os delegados de seções dirigidas pelo PSol e PCB propuseram um encontro deliberativo imediatamente anterior ao II Congresso da CSP-Conlutas, que ocorrerá de 4 a 7 de junho, em Sumaré. Defendemos que este encontro anterior fosse um Congresso Extraordinário, mas foi aprovado, em plenário, um CONAD extraordinário, com um delegado eleito em assembleia em cada seção sindical. A pauta será o balanço político e as contribuições do Andes ao congresso da Conlutas. Expressamos que a debilidade da Central é fruto do aventureirismo e da política divisionista. Com a consolidação da divisão, o que está posto não é a disputa aparelhista de desfiliação, mas sim a necessidade de combater a fragmentação com um congresso de unificação e criação de uma única central sindical, sobre a base da democracia operária.

A atuação do CPE/POR

Inscrevemos nossas teses no caderno de textos e divulgamos nossos materiais. Apesar das restrições à expressão das posições minoritárias, lançamos um manifesto aos partici-

pantes do Congresso e outro ao ato público de lançamento da campanha salarial. Participamos de 2 GTs, a nova metodologia prejudicou a expressão de nossa proposta, que foi apenas parcialmente debatida em 3 dos 11 grupos. Onde houve possibilidade de expressão, evidenciou-se a política proletária para a educação, que em vez de abstrações de fim da mercantilização propõe a concretização desta bandeira com a defesa da estatização do sistema privado de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema integralmente público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. Em vez das bandeiras de estatuinte, e reformas da burocracia universitária, defendemos a autonomia como autogoverno da comunidade universitária, por meio do governo

tripartite de estudantes, professores e funcionários, com voto universal, mandatos revogáveis e soberania da Assembleia Geral Universitária.

O conservadorismo da categoria docente, expresso em uma parcela aburguesada, e as restrições à democracia sindical dificultam a expressão da política operária. A aprovação de inúmeros seminários expressam o academicismo e prevalece o método jurídico-parlamentar. A luta contra os ataques do governo depende dos métodos da ação direta (greves ativas, piquetes, bloqueios de ruas e rodovias e ocupações). Permanece a necessidade de constituirmos uma fração revolucionária no interior do movimento. Esta é a tarefa da Corrente Proletária na Educação para o próximo período.

Servidores públicos federais lançam campanha salarial em ato em Brasília

No dia 25 de fevereiro, foi realizado um ato em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento, de lançamento da campanha salarial dos servidores públicos federais (SPF) 2015. O contexto é de aprofundamento do impacto da crise econômica mundial no Brasil e duros ataques ao funcionalismo e aos trabalhadores em geral. Exigiria uma resposta contundente e unitária do movimento, porém, o que houve foi uma resposta tímida.

O ato estava previsto na programação do 34º Congresso do ANDES, que foi a entidade que levou maior base, cerca de 300 professores, número inferior aos presentes no próprio Congresso. As demais entidades compareceram apenas com seus dirigentes. Na ocasião, representantes das categorias tentaram uma audiência com o Ministro Nelson Barbosa, sem sucesso. Diante disto, apenas protocolaram a pauta de reivindicações.

Os 20 pontos da pauta indicam que a unidade ainda é formal, constituindo um ajuntamento de reivindicações. Entre os pontos estão o reajuste linear de 27,3%, data-base em 1º de maio, direito de negociação coletiva, anulação da reforma da previdência e paridade salarial entre ativos e aposentados.

A debilidade do movimento expressa o papel conciliador que as burocracias sindicais tem cumprido. O Fórum dos SPF

não tem interesse em por em pé um movimento que se choque com a política econômica antinacional e antipopular do governo Dilma. O corporativismo e divisionismo impulsionados pelas direções são uma importante trava ao movimento.

Trabalhadores do COMPERJ estiveram presentes na abertura do Congresso do ANDES e no ato, estão acampados desde o dia 23, em Brasília, exigindo emprego e salário. Estes trabalhadores terceirizados estão há três meses sem receber. Tal realidade comprova o limite das bandeiras corporativas de defesa do concurso público e coloca na ordem do dia a bandeira de efetivação dos terceirizados, escala móvel de horas de trabalho e defesa do salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste.

O POR atuou com um manifesto ao ato (que reproduzimos a seguir). Defendendo a necessidade de construir um movimento nacional do conjunto dos servidores e demais explorados para enfrentar os ataques da burguesia e seu governo, com um programa que vincule as necessidades mais sentidas dos trabalhadores com a defesa da revolução proletária. O método dos atos passivos não está à altura dos profundos golpes desferidos contra o funcionalismo, a via da ação direta é o único caminho para garantir conquistas.

Manifesto distribuído no ato de 25/02

Responder aos ataques do governo com um plano nacional de reivindicações Unificar o funcionalismo público com o método da ação direta e da democracia operária Romper o corporativismo sindical em defesa das condições de existência da maioria explorada Derrotar a política econômica antioperária, antipopular e antinacional de Dilma Rousseff

A crise econômica atingiu um ponto alto e se elevará ainda mais. Está posto para os explorados: ou defendemos as reivindicações com nossos métodos próprios de luta, ou arcaremos com pesados sacrifícios.

Dilma Rousseff/PT indicou que descarregará os efeitos da crise sobre os assalariados, que inclui o funcionalismo público. Os governadores e prefeitos, por sua vez, seguem a política econômica do governo federal. Os ataques às condições de existência dos trabalhadores estão vindo por todos os lados.

O período de crescimento econômico cedeu lugar à recessão. A ilusão de que era possível um desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda, desmoronou. A propaganda de que o Brasil estava imune à desintegração do capitalismo mundial durou pouco. Em toda parte, as economias afundaram. A

burguesia e seus governos foram obrigados, sem exceção, a se lançar contra as condições de trabalho e de vida da maioria explorada.

O governo do PT procurou convencer a população de que havia condições para atravessar o turbilhão mundial sem fazer uma brusca mudança. Essa possibilidade se esgotou definitivamente. Por um triz, os petistas não perderam as eleições. Para vencer, tiveram de mentir descaradamente que não fariam mudanças radicais na política econômica. Antes mesmo de iniciar o segundo mandato, Dilma Rousseff emitiu as Medidas Provisórias de ataque ao seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte. Constituiu um ministério voltado a proteger os interesses do capital financeiro. Determinou como objetivo central garantir o pagamento dos juros e amortizações

referentes à gigantesca dívida pública.

Houve apoio unânime da burguesia nacional e do imperialismo. Trata-se da unidade burguesa para descarregar a crise sobre a classe operária, o campesinato e a classe média pobre. Essa unidade é internacional, uma vez que corresponde à convergência das burguesias nacionais sob o domínio do capital financeiro.

Não por acaso o ponto de partida das diretrizes apresentadas pelo ministro Joaquim Levy é o de garantir o superávit primário e o pagamento da dívida. As consequências das medidas fiscais e monetárias impulsionarão a tendência recessiva, a destruição de postos de trabalho, a compressão salarial e o aumento da miséria. É parte das diretrizes avançar as privatizações. Nesse sentido, foi anunciada a abertura da Caixa Econômica Federal para os investidores. Os cortes atingem a educação pública, quando havia promessa de aumento de recursos.

As Centrais sindicais procuram negociar com o governo modificações nas MP 664-665. Não lutam para derrubá-las. A CUT pretende constituir uma “frente de esquerda” para apoiar o governo que se vê diante do escândalo da Petrobrás e da ameaça de impeachment feita pela oposição liderada pelo PSDB. As burocracias sindicais agem para que os movimentos operário, camponês e popular não rompam a conciliação de classe, consolidada no governo de Lula. A estatização dos sindicatos serve de obstáculo à luta de resistência nas condições em que a burguesia e o governo atacam os empregos, salários, direitos trabalhistas e as condições sociais.

É preciso romper a conciliação de classe e estatização dos sindicatos para pôr em pé um movimento nacional de combate à política econômica antioperária e antipopular. O ponto de partida está na luta pelas reivindicações que de fato defendem a vida das massas e as mobilizem unitariamente.

Lembremos que as greves do funcionalismo, nas várias esferas do Estado, têm sido duramente golpeadas pelos governos. A longa greve das universidades federais mostrou que o governo Dilma não está disposto a ceder absolutamente nada. Agora, sob o comando de Levy, não apenas não atenderá as exigências dos servidores como irá a fundo na quebra de direitos. O aperto fiscal atingirá o funcionalismo público.

Qualquer concessão que os trabalhadores fizerem ao governo Dilma resultará em cortes salariais, destruição de direitos, avanço da terceirização e da precarização geral das relações de trabalho. Está colocado organizar um movimento de massa, que empunhe um plano de reivindicações. O corporativismo

sindical tem de ser superado, caso queiramos barrar a ofensiva antioperária e antipopular do governo. O movimento terá de recorrer à greve geral dos servidores públicos. Deverá se vincular ao movimento operário e popular, que tem se manifestado isoladamente por meio de greves, protestos de rua e ocupações. Esse é o caminho para responder à inflexibilidade dos governos, à repressão policial e à supressão do direito de greve.

Não é por falta de descontentamento e de luta que não tem havido a unificação regional e nacional dos trabalhadores. A classe operária está diante de demissões em massa. Os camponeses pobres continuam perdendo suas terras. Os indígenas já não podem contar com as demarcações. A juventude sai às ruas contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. Os sem-teto vivem sobressaltados pelos violentos despejos. As greves na educação pública estão na ordem do dia. A burguesia e o governo contam com a fragmentação para reprimir caso a caso e derrotá-los. Essa situação desfavorável aos explorados se deve às direções sindicais corporativas, burocráticas, estatizantes e pró-governo.

O ato do funcionalismo público em Brasília deve rechaçar o divisionismo e levantar a bandeira de um movimento nacional para resistir aos ataques dos governos e da burguesia. Devem se opor às manobras das Centrais que procuram amenizar as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais. Devem denunciar as negociatas das burocracias sindicais com o governo e parlamentares. E devem exigir a convocação de assembleias gerais, regidas pela democracia operária, em todos os sindicatos.

Trata-se de caracterizar o governo de Dilma como burguês, antipopular e antinacional. Toda tentativa de obscurecer o caráter de classe do governo e de ocultar seus vínculos com o grande capital nacional e internacional conclui em traição às necessidades da maioria oprimida. O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores e a juventude a se colocarem sob a bandeira de *oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff/PT*.

Ao lado das reivindicações específicas dos servidores federais, levantemos as reivindicações que respondem às necessidades gerais dos explorados. Entre elas: o salário mínimo vital de R\$ 4.600,00, com reajuste automático; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho sem redução salarial; escala móvel das horas de trabalho; fim das medidas que destroem direitos trabalhistas e terra aos camponeses pobres. Com essas reivindicações, podemos ter um plano nacional de luta que unifique os movimentos contra o governo e a burguesia.

FIES: instrumento de favorecimento do privatismo no ensino superior pelos governos petistas

No final de fevereiro, o governo recuou de sua decisão em limitar o pagamento das mensalidades às faculdades privadas. Dez dias antes, recuou no limite de reajuste de mensalidades, indo de 4,5% para 6,4%. As decisões fizeram as ações das empresas dispararem nas bolsas de valores. O novo favorecimento às instituições privadas de ensino se deu junto à divulgação de dados que mostram o amplo favorecimento dos governos petistas ao privatismo no ensino superior.

Gasto do governo do PT com FIES salta de 1 para 13 bilhões anuais; matrículas cresceram 13% no período

Até 2010, o número de matriculados no FIES era de 150 mil

estudantes. O gasto do governo com o programa era de R\$ 1,1 bilhão. Em 2013, o programa atingiu 827 mil estudantes (448% de aumento). Os gastos públicos aí se elevaram a R\$ 13,4 bilhões (1.218% de aumento). Mas o número total de estudantes universitários brasileiros só subiu 13%, de 3,9 milhões para 4,4 milhões.

Esse dados mostram que a brutal elevação de gastos do governo com o FIES não repercutiu em aumento significativo do número de estudantes. O que aconteceu é que as medidas fizeram com que as empresas favorecessem a migração de estudantes, que pagavam mensalidades diretamente de seus bolsos, para o programa. O salto nos gastos do governo veio a

partir da flexibilização do FIES feita em 2010. Os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano. O financiamento passou a ser permitido a qualquer momento. A exigência de fiador foi relaxada. O prazo de quitação foi alongado. Assim, se estabeleceu uma entrada de caixa garantida pelo governo para as instituições privadas de ensino, sem atrasos nem inadimplência. A dívida fica com o estudante e o risco com o governo.

O grupo Kroton (Anhanguera) recebeu só em 2014 mais de R\$ 2 bilhões do governo, através do FIES. Estácio recebeu no mesmo ano R\$ 683 milhões e Unip, R\$ 390 milhões.

FIES: mecanismo privatista

O FIES é apresentado pelo governo como meio de acesso do estudante trabalhador ao ensino superior. Por meio dele, o estudante assume a dívida pelas mensalidades pagas pelo governo às faculdades privadas, dívida que deve ser quitada depois da formatura, com pagamento de juros reduzidos. O que acontece de fato é que as empresas de ensino recebem as mensalidades pontualmente do governo e o estudante é que terá de pagá-las depois.

De um lado, essa política de forte subsídio aos capitalistas fracassou na tentativa de ampliar gradativamente o número total de estudantes no ensino superior (meta reformista, que não se choca com o domínio do privado nas universidades). O governo petista, com seu então ministro da educação Haddad, pretendia o crescimento do número de estudantes até a marca de 10 milhões de alunos no ensino superior. De outro, os capitalistas é que se aproveitaram da medida para tornar seus clientes em mediadores para receber amplos subsídios do governo. Daí que a número de estudantes que ingressam nas universidades privadas teve queda no crescimento, de 5% anuais entre 2003 e 2009, para 3% anuais entre 2010 e 2014. A política de subsídio aos capitalistas, ao invés de aumentar gradativamente o total de universitários, serviu ao contrário para reduzi-los. Ao mesmo tempo, as universidades privadas se endinheiraram e valorizaram no mercado.

Falta uma direção proletária no movimento estudantil

A direção majoritária entre os estudantes, os estalinistas do

ceará / Burocracia da Apeoc indeferiu a chapa da oposição e as correntes dão continuidade à ação judicial

O PSTU foi o primeiro a levantar a defesa da chapa opositora nas eleições para a diretoria da Apeoc. Nas primeiras plenárias da oposição unificada, teve de se esquivar das críticas ao seu alinhamento político às propostas da direção burocrática do sindicato durante a greve de 2011, com a qual a categoria enfrentava o governo Cid Gomes/PROS contra a destruição da carreira e pela implantação do 1/3 da carga horária atividade.

O estatuto do sindicato praticamente inviabiliza a existência de uma chapa de oposição, tamanhas as exigências. Diante das dificuldades financeiras de fazer campanha e do estatuto dacroniano, o PSTU entrou na justiça burguesa para garantir a inscrição da oposição. As correntes, como o PCB, PSol, anarquistas (OLR) e independentes se enfileiraram por trás dessa linha.

Segundo o PSTU, a campanha política da oposição para construir uma chapa de oposição que atendesse aos critérios

PCdoB que manejam a UNE, apóiam as medidas pró ensino privado dos governos petistas. Apóiam o FIES e o Prouni, que paga mensalidades por vagas ociosas nas faculdades privadas, por meio de renúncia fiscal (redução de impostos). O resultado prático dessas políticas tem sido o de aumento do domínio do ensino privado no nível superior. Nem mesmo a meta reformista e covarde de aumento gradativo da participação do ensino público em relação ao privado pode se realizar. Havendo o ensino privado, a educação sendo mercadoria, as tendências próprias da economia capitalista vão se manifestar: concentração de capital, fusões, substituição da livre concorrência pelos monopólios, superexploração do trabalho, excesso de oferta com exclusão da maioria e crise.

Mas essas tendências podem ser combatidas ou aprofundadas por determinadas políticas. As políticas dos governos petistas são de estímulo ao ensino privado. Assim, o ensino público se torna cada vez mais minoritário. Atendendo às necessidades e pressões dos parasitas do orçamento, o ensino público é precarizado e privatizado. Com apoio das direções do movimento estudantil.

Há as correntes da esquerda pequeno burguesa, reformista ou centrista, que criticam as medidas governamentais e o apoio da direção estalinista. Mas o que defendem no lugar? Apregoam a possibilidade de discipliná-lo, a partir de um governo “popular” ou “dos trabalhadores”. Negam-se a combater o ensino privado.

Falta uma direção que coloque claramente a defesa do direito democrático elementar de acesso à educação em todos os níveis. O que depende de lutar pela expropriação de toda a rede privada de ensino e seu controle pelos que estudam e trabalham. Em defesa do ensino público e gratuito para todos, único (sem rede privada, totalmente estatal), laico, científico e vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática).

Essa estratégia se choca contra os subsídios às escolas particulares. Defende os estudantes contra as mensalidades e a dívida pós formatura. Aponta para a necessária unidade com o proletariado, sem a qual não será possível derrotar a burguesia no seu conjunto e arrancar de suas mãos o controle sobre a educação.

do estatuto do sindicato a partir da articulação e mobilização da base gastaria muitos recursos financeiros e material do aparato da CSP-CONLUTAS. Assim, o apoio da CSP-CONLUTAS ficou apenas na formalidade. *Somente o POR se posicionou contra a ida à justiça burguesa para arbitrar sobre as eleições, defendendo a resolução dos conflitos em organismo da classe (assembleia).*

Foi um erro tentar recorrer à justiça para garantir, nas eleições do sindicato, a homologação diante da impossibilidade da quantidade de professores imposta. Essas correntes e parte dos independentes deveriam ter centrado suas forças na mobilização da categoria no interior do estado a fim de ter a força social para formar a chapa diante das fraudes estatutárias. Segundo o estatuto, exige-se colocar na chapa representantes de zonais, comissões municipais e representantes de todos os municípios do Estado, inviabilizando assim a oposição na disputa pela direção

do sindicato. Por aí se percebe como o processo é espúrio!

No último encontro (21/02/15), se discutiu a posição do juiz do trabalho, que se considerou incompetente para julgar o questionamento da oposição e jogou a questão para a justiça estadual. Outra vez, as correntes como PCB e PSTU defenderam dar continuidade à ação judicial. No entanto, parte do PSol e independentes ficaram divididos entre não entrar novamente na justiça e dar continuidade ao processo. O POR manteve a mesma posição da votação anterior. Desta vez, os setores do anarquismo tiveram a mesma posição dos poristas.

A Corrente Proletária na Educação/POR denunciou as fraudes da burocracia do PT e PCdoB, que impuseram novamente apenas uma chapa, composta pela mesma burocracia que traiu os professores na greve de 2011. A formação da chapa, como

sempre, se deu nos gabinetes, entre acordos de deputados do PT e PCdoB, prefeituras e governo do Estado.

A impossibilidade da Oposição lançar uma chapa devido aos impedimentos estatutários antidemocráticos indica a tarefa de constituir uma fração revolucionária no seio dos trabalhadores da educação. Somente um trabalho de base porá em pé uma verdadeira oposição. É preciso uma intervenção classista e combativa que divulgue um programa revolucionário e que organize os trabalhadores da educação no terreno da independência de classe para recuperar o sindicato, garantir a plena democracia sindical e varrer a burocracia autoritária. Essa fração não depende das eleições para se constituir. Ao contrário, a sua constituição resultará na derrocada da burocracia e adoção de um estatuto classista e democrático.

Bahia / Governo do PT enlameado: polícia militar chacina jovens negros

O governo de Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), inicia o mandato dando continuidade dos ataques aos trabalhadores e à juventude negra das comunidades pobres da periferia. Na madrugada de 06 de fevereiro, o agrupamento Rondesp da Polícia Militar promoveu uma das maiores chacinas registradas na história do estado. Os policiais mataram 12 jovens negros da Comunidade de Moisés na Estrada das Barreiras do bairro do Cabula. Os corpos foram levados sem vida para o Hospital Roberto Santos, sendo filmados e fotografados pela polícia. Para tanto, tentaram forjar no local da chacina uma situação para justificar que os jovens estavam planejando uma ação criminoso (roubo) e que a ação da polícia militar foi no sentido de prevenir o suposto crime. Ainda mais, os policiais apresentaram à imprensa uma quantidade enorme de armamentos, atribuindo aos jovens a sua posse. Ou seja, a Secretaria de Segurança Pública, sob a direção do governador, quis alegar que se tratava de um confronto entre um grupo de criminosos e de policiais. Tratava-se de uma montagem, que logo foi descoberta.

Os moradores do bairro disseram claramente que os jovens foram rendidos e chacinados pelos policiais, sem qualquer defesa. Os corpos foram encontrados com sinais de tortura, perfurações, membros quebrados, completamente mutilados. Não se trata de um fato novo no estado da Bahia. As intervenções da polícia nos bairros pobres da periferia de Salvador, bem como no interior, são frequentes e têm resultado no aumento da violência contra os trabalhadores e a juventude negra, além de denúncias de tortura, desaparecimentos e execuções sumárias. Nos dois mandatos de Jaques Wagner e, agora, no primeiro mandato de Rui Costa, seu sucessor, a violência não parou de crescer. Em outubro de 2014, um jovem de nome David Fiuza, de 16 anos, desapareceu no bairro de São Cristóvão, após abordagem policial. Dois dias depois da matança do Ca-

bula, a polícia militar assassinou mais 3 jovens em Sussuarana e Clóvis de Farias.

No caso da chacina do Cabula, é ainda mais estarrecedor. O governador, logo após a veiculação da notícia pelos meios de comunicação, saiu imediatamente em defesa da corporação policial. As palavras de Rui Costa demonstram cinismo e o compromisso do PT com o Estado e a ordem social burguesa: “A polícia (...) tem que definir a cada momento (...), ter a frieza e a calma necessárias para tomar a decisão certa. É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol (...). Depois que a jogada termina, se foi um golaço, todos os torcedores (...) irão bater palmas e a cena vai ser repetida várias vezes na televisão. Se o gol for perdido, o artilheiro vai ser condenado(...)” E acrescentou: “A PM que eu imagino e quero construir no estado é uma PM que respeite o cidadão e atue sempre dentro da legalidade”. O PT, como partido da ordem burguesa, profundamente penetrado pelas relações oligárquicas e enlameado pela corrupção e pela política dominante só pode cumprir esse papel, de carrasco da juventude pobre e negra.

As massas trabalhadoras e a juventude negra da periferia não podem ter quaisquer ilusões nos órgãos do Estado e na justiça burguesa. As ações dos órgãos policiais são constantemente acobertadas e nenhuma medida é tomada no sentido de acabar com a violência estatal nas comunidades. Os explorados devem erguer a bandeira de constituição de um tribunal popular para punir os algozes da juventude exterminada no bairro do Cabula. Apenas a organização independente dos explorados será capaz de por fim à violência reacionária do Estado. Enquanto a sociedade capitalista continuar de pé, a barbárie social avançará e, certamente, os trabalhadores e a juventude negra serão afetadas. É preciso destruir a sociedade de classes e seu Estado por meio da revolução proletária.

Rio Grande do Norte / Robinson Faria (PSD/PT/PCdoB) aplica medida de “austeridade fiscal”

O governador eleito Robinson Faria, cria política do PT, tem se caracterizado por aplicar o ajuste fiscal que penaliza duramente os trabalhadores e aprofunda a precarização dos serviços públicos. Anunciou que nenhum aumento salarial ou qualquer direito que implique em elevação de despesas será concedido. Para pagar o funcionalismo, vem saqueando o fundo previdenciário, o rombo já chega a 418 milhões em apenas

dois meses de governo. Para essa garantia, precisou do apoio de Rosalba/DEM nos últimos dias de seu governo, além dos deputados que votaram que poderia mexer nesse recurso para pagar o funcionalismo. A votação contou com o apoio do deputado do PCdoB, hoje vice-governador, que havia se comprometido com as categorias em votar contra tal projeto.

O deputado Fernando Mineiro/PT, que no início denunciou

o roubo da previdência estadual, hoje juntamente com a senadora Fátima Bezerra/PT está mudo e surdo diante da bandidagem de seu aliado Robinson.

É importante destacar que o Partido dos Trabalhadores é pilar de sustentação político do governo. Na eleição de 2014, o PT se encarregou de passar verniz na cara do oligarca corrupto que sempre teve um histórico de posições contrárias aos trabalhadores, e foi considerado progressista em relação ao oligarca Henrique Alves, aliado do PT em nível nacional.

Começa a cair a máscara de bom moço do governo de Robinson de Faria

O parlamento é um antro de corrupção. Acordos e negociações de todos os tipos são feitos para beneficiar os capitalistas e atacar os trabalhadores. Robinson fez todo tipo de manobra

A farsa do julgamento do governador Confúcio Moura em Rondônia

Com a crise econômica estabelecida, o governo Confúcio Moura (PMDB), chama os deputados para ajudá-lo a governar. Em seu discurso na sessão plenária da Assembleia legislativa, fala que este ano será difícil para o Brasil, mas faz ressalva de que Rondônia entrou o ano no **mapa azul**, ou seja, que está bem em termos de recursos para atender as necessidades da sua gestão. Entra em contradição ao reafirmar que a administração do Estado vai passar por um ajuste, conforme anunciou. Falou que em março encaminhará para a Assembleia Legislativa mensagem de ajuste a ser votada. Reitera a necessidade da administração do estado fazer arrocho todo mês para não perder “o controle da conta pública”. Ele afirma que **“Sem alarde, já estamos controlando combustíveis, passagens aéreas, diárias, etc. Contingenciamos R\$150 milhões para não atrasar nada. Vamos pagar o 13º em duas parcelas como fizemos nos anos anteriores. Vamos primar pela austeridade”**, afirmou. Isto significa que o funcionalismo público do estado amargará com mais arrocho salarial e as medidas de austeridade anunciadas.

Em meio a tudo isso, o governo Confúcio Moura e seu vice Daniel Pereira/PSB, são acusados de corrupção na época de campanha eleitoral. Sobre a cassação de mandato, o juiz federal, Dimis da Costa Braga, que é membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, deu voto a favor e fala que houve abuso de poder econômico. O julgamento aconteceu no dia 19 e não foi consumado devido ao juiz Delson Fernando Barcellos Xavier ter pedido vista.

Apelo do governo Confúcio ao parlamento antes de ser anunciada a retomada do julgamento sobre sua cassação

O deputado Maurão de Carvalho/PP como presidente Assembleia Legislativa, responde a conclamação do governo garantindo que a Assembleia está pronta para discutir todos os projetos de “interesse da população”.

O governo choraminga igualmente aos outros corruptos do país

Rio Grande do Norte /

Prestação de contas política – diretoras do DCE Chapa “União e Ação” (membros da CPE)

A Chapa “União e Ação” teve direito a 40% dos cargos no DCE (Diretório Central dos Estudantes). Neste semestre, nossa atuação foi pautada na pressão à direção majoritária do DCE (JPT) para a organização de uma assembleia geral de estudantes com objetivo de iniciar a luta reivindicatória e na construção de CAs no Campus Central.

para sair uma só chapa para a presidência da Assembleia Legislativa e conseguiu eleger Ezequiel de Souza (PMDB), na campanha, adversário político. Hoje estoura a denúncia de cobrança por Ezequiel de propina de 350 milhões para votar em um projeto de inspeção veicular no estado, que renderia milhões ao empresário. E que a propina seria também dividida com o então Presidente da Assembleia, Robinson Faria. O governo fanfarrão que posava afirmando que combatia a corrupção não tem nada de diferente ou progressista como afirmavam os petistas.

Para o POR, qualquer governo saído das eleições descarregará a crise capitalista sobre as massas. Diante disso, a saída para o proletariado é a constituição de comitês de resistência a partir dos métodos de classe do proletariado (ação direta) e construção do partido revolucionário.

quando se vêem acossados diante da pressão dos Tribunais, não pelo fato de temerem a punição, mas para que perante a maioria oprimida o Estado apareça como uma instituição promotora do “Bem Comum”. E que a corrupção na política não é um sintoma decorrente do sistema de opressão de classe e que se alarga com o aprofundamento da crise econômica mundial e seus reflexos locais.

O governo Confúcio tenta convencer a população de que a crise econômica é de fácil controle, mas conforme as notícias admite que se trata agora de um ano difícil para o Brasil. Diz, que: *“No entanto, em Rondônia, o balanço é positivo. Ficamos no mapa azul”*. Porém, *“os cortes no investimento dos serviços sociais já foram anunciados”*.

Nada de acreditar nas lamentações do governo quanto às dificuldades econômicas. Essas lamúrias não devem servir para atenuar a disposição de luta contra a exploração de classe, pois só serve para justificar cortes de direitos trabalhistas conquistados a duras penas, retirar investimentos na educação, saúde etc., no entanto, quando se trata de gastos com a podridão do Estado capitalista – gastos com luxos dos parasitas do Estado e desvios por meio da corrupção, os recursos são suficientes.

É sempre a mesma coisa em todo país, acontecem denúncias de corrupção que são apuradas e constatadas, sai o julgamento e, quando chega a fase de condenação, um caso ou outro cumpre pena que estão longe de se assemelharem às penas imputadas sobre os trabalhadores que caem nas malhas dos tribunais burgueses.

A mídia notícia que o julgamento de Confúcio Moura e seu vice Daniel Pereira será retomado em breve e certamente dependerá do famoso “Voto de Minerva”, que é o voto do presidente do Tribunal Regional Eleitoral TRE, esse sempre favorece o lado que recai sobre a desgraça dos trabalhadores, porque os explorados necessitam criar seus próprios órgãos de poder e deliberação. Dentre eles destacam-se os Tribunais e Assembleias Populares para contrapor as deliberações e ações dos tribunais e parlamentos burgueses.

No início do 2º semestre de 2014 estava marcada uma assembleia geral de estudantes da UERN para discutir uma pauta de reivindicação e organizar a luta. Infelizmente, a maioria da direção do DCE (JPT, Juventude do PT) boicotou a assembleia dando prioridade às eleições.

Mesmo sem a força da organização coletiva geral dos estu-

dantes, nós da minoria da direção do DCE, tentamos responder ao fechamento do ingresso pela burocracia universitária (encabeçada por Pedro Fernandes) do núcleo de Caraúbas, as perseguições políticas aos estudantes de Direito e outros, e a integração da UERN ao Enem como forma de ingresso na Universidade sem antes haver discussão sobre o seu impacto interno. Infelizmente, em todos esses movimentos, não conseguimos empolgar os estudantes para a organização e a luta coletiva. A ilusão nos governantes burgueses, as esperanças nas eleições gerais da sociedade capitalista, a nossa fraqueza política (pouca base social) e a obstacularização da maioria da direção do DCE foram os principais motivos de nosso insucesso.

Apesar de tudo isso, nada impediu de estarmos juntos com as estudantes de Pedagogia na luta pela organização do trânsito da UERN. As estudantes responderam prontamente contra a tragédia ocorrida e pressionaram o Reitor através da ação direta. A determinação na luta das estudantes de Pedagogia conquistou uma vitória imediata. Demonstrou a força da luta coletiva determinada. Nós, diretoras do DCE pela chapa “União e Ação”, não podíamos deixar de estar presente nesta luta até porque todos nós somos do curso de Pedagogia.

Outra atividade importante foi o nosso incentivo à construção de CAs (Centros Acadêmicos). Entendemos que os CAs são instrumentos importantes da organização estudantil pela

Escola de Quadros do POR sobre a Oposição de Esquerda Internacional

O POR realizou no dia 08/02 mais uma Escola de Quadros sobre a História do Trotskismo, na qual foram lidos e debatidos os quatro primeiros tópicos do documento “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, de Dezembro de 1932. Segue uma síntese do debate.

O texto foi escrito por Trotsky com o objetivo de preparar uma Conferência da Oposição de Esquerda Internacional que deveria aprovar um programa, elaborar os estatutos organizativos e eleger os organismos de direção, tarefa que se tornara possível diante dos avanços organizativos e teóricos da Oposição.

Sobre a origem da Oposição de Esquerda na Rússia, Trotsky analisa que a determinação fundamental da degeneração do Estado Operário Soviético e do Partido comunista Russo se encontra na demora do desenvolvimento da revolução mundial (derrotas na Alemanha, Itália, Hungria, etc.), fortalecendo a reação interna que tinha como agente a burocracia, e o processo de independização desta frente ao proletariado e o seu apoio na pequeno-burguesia, que terminou por “deslocar o programa revolucionário internacional pelo reformismo nacional”. No entanto a burocracia não pode liquidar as conquistas essenciais da Revolução de Outubro (nacionalização da terra e da indústria e monopólio do comércio exterior), já que retira os seus privilégios e o seu poder justamente do planejamento estatal da economia. Os zig-zags da fração centrista estalinista, ora com uma política oportunista, ora aventureira, era expressão das contradições sobre a qual a direção estalinista se encontrava.

Uma outra ideia fundamental no documento é a de que, apesar de degenerado, o Estado Soviético continuava sendo um Estado Operário. Desta forma, a URSS deveria ser defendida incondicionalmente frente aos ataques do imperialismo. Tratava-se de realizar uma luta contra a degeneração do Estado Operário, e não contra este.

A Oposição de Esquerda Internacional se entendia como

base, uma vez que são representações nos cursos. Sem eles, não é possível criar um movimento estudantil pela base. Dessa forma, tentamos impulsionar a construção do CA em Letras e Gestão Ambiental, ajudamos a erguê-lo em Administração, estamos colaborando em Matemática e demos continuidade à organização estudantil em Pedagogia, garantindo a eleição da próxima gestão.

É preciso explicar porque nós não estamos colaborando com a feitura das carteiras de estudantes do DCE. Por várias vezes, expressamos nossa posição e inclusive em nota pública para os estudantes da UERN, que as carteiras de estudantes só podem ser deliberadas pelos próprios estudantes em seus fóruns de base, no caso, a assembleia geral de estudantes. Defendemos a feitura das carteiras de estudantes a preço de custo com contribuição voluntária. Caso nossa posição fosse derrotada em assembleia de base dos estudantes, não teríamos problema em colaborar na feitura das carteiras de estudantes do DCE mesmo contra a nossa posição. Mas não podemos nos submeter à decisão de uma parte do DCE, mesmo que maioria, correspondente a uma Juventude organizada do PT, às costas dos estudantes.

Foram muitas as batalhas, foram vários os desafios. Tentamos enfrentar todos com altivez. Entre muitas dificuldades, entregamos aos estudantes o balanço sincero, crítico e autocrítico, de nossa intervenção.

uma fração da Internacional Comunista, ainda que atuasse fora desta. Neste sentido, se opunha à criação de partidos comunistas paralelos e à criação de uma nova internacional. Cabe salientar que Trotsky e a Oposição alteraram esta posição somente após a ascensão de Hitler ao poder em 1933, devido à completa falência política da III Internacional. Um outro aspecto organizativo ressaltado é a importância da retomada do centralismo democrático, “não só em palavras mas também em atos”. Isto implicava no retorno dos debates internos e na possibilidade da formação de tendências e frações, condições para a realização da elaboração coletiva do programa revolucionário.

O documento apresenta 11 princípios sobre os quais deve a Oposição de Esquerda Internacional organizar. Estes princípios se baseavam fundamentalmente em dois pilares: 1) Os princípios essenciais elaborados nos quatro primeiros congressos da III Internacional: como a caracterização do imperialismo, a democracia e o reformismo, o problema da insurreição, a ditadura do proletariado, as relações com o campesinato e as nacionalidades oprimidas, o trabalho nos sindicatos, os soviets e a política de frente única; 2) A experiência da Oposição de Esquerda Russa em sua luta contra a fração centrista estalinista: reafirmação do internacionalismo proletário frente à política do socialismo em um só país, unidade sindical frente às cisões sindicais dirigidas desde Moscou, a crítica à concepção de partidos biclassistas (operários e camponeses) que o estalinismo desenvolveu na China, a defesa da tática de frente única com a social-democracia para impedir o avanço do fascismo (frente à caracterização de “social-fascismo” do estalinismo), etc.

O principal objetivo do estudo da História do Trotskismo é o de assimilar as experiências da luta de classes internacional e as formulações de Trotsky para fortalecer a luta pela construção do POR como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a reconstrução da IV Internacional.

Nesta edição:

- Bolívia: O controlador de ervas denuncia um rombo econômico de 71 milhões de bolivianos em 153 projetos
- A vanguarda venezuelana está diante da urgente tarefa de constituir o partido revolucionário
- Rechazar a ofensiva imperialista contra o E.I.
- Governo do Syriza procura acordo antinacional e antipopular

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O artigo do Jornal Massas boliviano que analisa e denuncia a corrupção no governo de Evo Morales tem especial interesse aos trabalhadores brasileiros que assistem os escândalos da Petrobrás. Não há Estado e governo burguês que não se envolva com quadrilhas que parasitam e usurpam os recursos públicos. Não há cura para esse mal. As investigações e, por ventura alguma punição, não desmontam as quadrilhas. A explicação se encontra no fato do Estado e da política burguesa estarem submetidos às negociatas da burguesia. A revolução proletária varrerá os parasitas. O Estado proletário cuja missão é a de realizar a transição do capitalismo para o socialismo estará sob o controle da população organizada. No transcurso da luta contra a burguesia, a bandeira que responde aos crimes da burguesia é a do Tribunal Popular.

O controlador de ervas denuncia um rombo econômico de 71 milhões de bolivianos em 153 projetos

Segundo declarações do próprio Evo Morales, “as organizações do movimento camponês indígena originário são os responsáveis pelo Fundo”. Em seguida, assinala que “o governo tem uma mínima participação em relação às organizações sociais”, ainda que no caso do Fundo de Desenvolvimento Indígena ... quem responde como presidente é a ministra do Desenvolvimento Rural, Nemesia Achacollo, e portanto o presidente não pode dizer que a participação do Executivo na instituição é quase nula.

O Controlador de Ervas indicou como responsáveis do monumental assalto aos recursos do Fundo ... uma enorme lista de dirigentes camponeses e originários, senadores, deputados e autoridades do Estado – todos ligados diretamente ao partido oficialista, muito deles candidatos a importantes postos, como é o caso de Felipa Huanca, candidata ao governo do departamento de La Paz.

Os montantes dos projetos onde ocorreram o roubo vão de 140 mil até 900 mil bolivianos. Os dirigentes de organizações e autoridades atuais aparecem nestes projetos como representantes legais e, em muitos casos, também como beneficiários, isto é, aqueles que têm conta bancária onde se fazem as transferências de recursos.

Muitos dos projetos são fantasmas, no entanto foram feitos milionários gastos para sua execução. Outros projetos nem sequer foram iniciados e já se pagaram por eles como se tivessem sido executados. Finalmente, aparecem projetos como concluídos, mas que ficaram inacabados.

Como o escândalo é tão grande, no qual estão implicados importantes personagens do oficialismo, Morales se viu

obrigado a anunciar que, depois do carnaval, irá realizar profundas mudanças na Direção do Fundo Indígena. Como de costume, com fingido descontentamento, disse que castigará exemplarmente os responsáveis, “doa a quem doer”. Não deixou de esclarecer que falar em mudanças no Fundo não implica mudar também a ministra do Desenvolvimento Rural, deixando à margem seu parente espiritual, sobre o qual também pesam denúncias de fabulosos negócios com terras no Oriente boliviano.

Beira o cinismo quando o Controlador recomenda à presidenta do Fundo Indígena, Nemesia Achacollo, que deve assumir atitudes e informar a Controladoria Geral sobre outro pacote de 100 projetos, cujo montante ascende a 74.600.531 bolivianos, porque teriam planos inacabados. Anuncia que, neste caso, foram feitos de um a três desembolsos. Também deve informar sobre outro pacote de 169 projetos a 132 milhões de bolivianos, dos quais foram pagos 100%. E não registrou o recebimento final porque foram considerados projetos executados. Deste modo, a chefe da máfia que saqueou o Estado é a encarregada de fiscalizar e de informar a Controladoria. A mudança de todos os membros da Direção não resolveu o problema da corrupção neste setor, tampouco a criação de mecanismos de controle da cabeça de Achacollo. O MAS em seu conjunto e seu governo estão apodrecidos, trata-se de um corpo em total decomposição.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2389, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Venezuela:

A vanguarda venezuelana está diante da urgente tarefa de constituir o partido revolucionário

No dia 19 de fevereiro, o opositor direitista Antonio Ledezma, prefeito da cidade de Caracas, foi preso, acusado de integrar um plano golpista (*Operação Jericó*), no qual interviriam oficiais da Força Aérea Venezuelana (FAV, financiado pelos Estados Unidos). O “golpe” começaria com a publicação de um “*Acordo Nacional para a Transição*”, assinado pela deputada cassada María Corina Machado, pelo prefeito Ledezma e por Leopoldo López (do partido *Voluntad Popular* com fortes laços com o ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe), preso desde o ano passado. Ali dizia, segundo o governo (ainda não foi publicado para sua divulgação), que o mesmo encontrava-se na sua fase terminal; se convocava a um acordo nacional para a transição; assinalava que, sob novo governo, abrir-se-ia uma fase de acordos com o FMI e se elegeria uma nova diretoria na empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA). O “golpe” seria desfechado com ataques aéreos contra o *Palácio de Miraflores* e outros prédios-chaves da administração. Logo após os ataques, se faria uma declaração pública dizendo que o governo tinha sido destituído do cargo pelo General de Brigada Oswaldo H. Sánchez. Segundo Nicolás Maduro, a Casa Branca apoiava esse golpe. Para isso, assinalou que, uns dias antes da data do golpe, John Biden tinha dito que o governo Obama apoiaria “os cidadãos de países onde o pleno exercício da democracia está em risco, como na Venezuela”. E que na noite anterior, Joe Biden teria se encontrado com a esposa de López - o que foi confirmado via redes sociais pelo próprio denunciado. Na mesma semana, o governo da Espanha havia expressado publicamente seus temores de que o governo chavista avançasse contra os monopólios espanhóis e os expropriasse.

Dias após a detenção de Ledezma, explodiram novas manifestações da classe média e da juventude universitária, que tomaram as ruas em diversas cidades do país. Com diferenças de alguns dias e horas, observou-se uma ofensiva diplomática do imperialismo, exigindo uma intervenção da ONU, condenando a repressão chavista contra os protestos. De um lado, as mobilizações e, de outro lado, a ofensiva diplomática do imperialismo impactam sobre as fileiras do chavismo.

Os ataques do imperialismo cresceram diante do assassinato

de um estudante, vitimado por forças policiais. A ministra do Interior, Carmen Meléndez, ordenou a detenção do atirador. Nicolás Maduro, por sua vez, chamou a população a sair em defesa do governo “*contra o golpe da direita*”. Não foge à compreensão do chavismo que o fortalecimento político da direita poderá refletir nas próximas eleições para a Assembleia Nacional.

A desagregação interna do chavismo contribui para a sangria em suas bases e no apoio eleitoral da população. Os chamados “Coletivos” têm sido perseguidos e desarmados pelo próprio governo. Parte de suas lideranças foi encarcerada e seus recursos econômicos cortados. Um setor das massas reconhece o governo como responsável e incapaz de dar solução aos graves problemas econômicos.

Nessas contradições e fatores se encontram os fundamentos da crise do regime e a impotência do nacionalismo burguês chavista. Eis por que a oposição e o imperialismo juram defender a democracia e negam que estejam conspirando no sentido de um golpe militar.

O fundamental da situação está em que a estatização do movimento operário afogou as suas manifestações independentes, transformou a cúpula sindical corrompida em agentes do governo. As greves operárias são combatidas porque se chocam com a exploração do trabalho e com a política geral do governo de defesa da burguesia nacional. Nenhuma das forças em disputa em torno do Estado pode permitir que as massas exploradas tomem em suas próprias mãos as reivindicações e as soluções da crise. O fato do regime chavista manter o movimento operário e camponês submissos tem retardado o desfecho da crise política.

Mais dia menos dia, o chavismo será deposto do poder. Nas condições atuais, o poder passará a ser exercido pela oposição pró-imperialista, que poderá vencer pelas eleições ou recorrer ao golpe. As duas variantes não são excludentes. A vanguarda venezuelana deve despertar urgentemente para a construção do partido revolucionário e para a defesa de um programa de independência de classe do proletariado. Essa é a única possibilidade para derrotar o governo nacionalista putrefato e esmagar a oposição pró-imperialista.

Rechaçar a ofensiva imperialista contra o E.I.

Após o atentado contra a revista Charlie Hebdo, acirrou-se a ofensiva da coligação montada pelos Estados Unidos contra o Estado Islâmico. O imperialismo procurou fazer do acontecimento um marco. Mas o fato é que as conquistas territoriais pelas forças do Estado Islâmico na Síria e Iraque se tornaram um grande problema para as potências e para a feudal-burguesia que controla os países do Oriente Médio e adjacências. A comoção promovida pelo governo francês e amplificada mundialmente vem servindo de cortina para a “guerra ao terrorismo”, que já perfaz décadas e que ganhou proporções inéditas depois do atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

A pretensa política de Obama, quando eleito para o primei-

ro mandado, de desativar a ofensiva intervencionista concebida pela doutrina Bush contra o terrorismo, não resistiu ao recrudescimento da crise mundial. O afastamento de tropas norte-americanas do Iraque e do Afeganistão não resultou de fato uma retirada, nem uma mudança significativa no intervencionismo. A substituição do “unilateralismo” pelo o “multilateralismo” não modificou a essência do intervencionismo imperialista e o fortalecimento das tendências bélicas nas condições da crise mundial aberta em 2008.

Os efeitos da guerra contra Saddam Hussein em 2003 no Iraque não são tão distintos dos que se manifestaram na guerra contra Muammar Kadafi na Líbia. Os dois países foram bombardeados, os escombros tomaram o lugar dos edifícios e milhares

morreram. Saddam Hussein foi liquidado. Um tribunal do governo títere decretou sua pena de morte. Muammar Kadafi, por sua vez, foi assassinado pelas forças opositoras apoiadas pelo imperialismo. Foram derrubados dois governos de passado nacionalista em dois países petrolíferos e que insistiam em manter estatizada a indústria do petróleo. O imperialismo justificou as intervenções com a alegação da defesa dos direitos humanos, da democracia, da liberdade religiosa, direitos das mulheres, etc.

O destino do Afeganistão não foi muito diferente. O governo do Taliban, de Mohammed Omar, firmou posição no nacionalismo. Não aceitou o ultimato dos Estados Unidos, que exigiram a extradição de Bin Laden e o esmagamento da Al-Qaeda. O país foi invadido pela coalizão imperialista, em 2001, sob a bandeira de “guerra ao terrorismo”. Estimou-se, no início de 2014, a morte de 21 mil civis em consequência dos combates, de um total de 35 mil mortos.

O Paquistão manteve-se sob a guarda norte-americana e serviu de ponto de apoio estratégico para combater a resistência do Taliban e perseguir sem trégua a Al-Qaeda. A posição de jogo na guerra do imperialismo contra o nacionalismo islâmico agravou as divisões no Paquistão. A crise interna se alimenta das ações dos militares norte-americanos, das forças governamentais e da resistência das organizações islâmicas, que recorrem ao método terrorista de combate. Os bombardeios com os drones mataram entre 2 mil a 4,7 mil pessoas (combatentes e civis), segundo a Anistia Internacional. A “guerra ao terrorismo” tem servido para os Estados Unidos testarem e confirmarem o emprego de armamentos altamente tecnológicos. Como se vê, a matança promovida pelas potências ganhou proporções inéditas com as intervenções nas últimas três décadas.

A fundação do Estado Islâmico (EI) pelo Isil nas entranhas da guerra civil na Síria e seu avanço para o Iraque recrudesce a crise no Oriente Médio. É intolerável para as potências o controle de regiões petrolíferas pelo movimento que levanta a bandeira de constituição de um “califado”. Por mais absurdo que seja o pressuposto histórico, o fato é que os seus combatentes vêm atingindo interesses vitais do imperialismo e da feudal-burguesia árabe que mantém seu poder assentada nas imensas jazidas de petróleo.

As antigas divisões étnicas e as diferenças no ramificado Islã, cujas duas principais vertentes são os sunitas e xiitas, emergem em grandes embates. A intervenção do imperialismo potencia os conflitos e estimula os choques armados de uns contra os outros. A destruição do regime de Saddam Hussein no Iraque resultou na ruptura de um equilíbrio entre sunitas e xiitas (maioria da população), que era mantido pela via da ditadura nacionalista do Partido Socialista Árabe Baath. A entrega do poder aos xiitas e a ofensiva repressiva aos sunitas (minorias) dificultaram e impossibilitaram a estabilização do novo regime fantoche de Washington. Com o agravante de que os curdos, que foram duramente oprimidos pelo regime de Saddam Hussein, conseguiram controlar no norte um território rico em petróleo graças à intervenção dos Estados Unidos e passaram a aceitar a tutela das multinacionais.

Parece convincente a explicação de alguns analistas de que dificilmente o Estado Islâmico teria conquistado Fallujah, Ramadi e finalmente Mosul, segunda maior cidade do Iraque, sem o apoio dos chefes tribais sunitas. A insurgência comandada

pela Al Qaeda no Iraque (AQI) passou a ser um braço do Estado Islâmico e os baatistas aceitaram uma aliança com os jihadistas. São os sunitas combatendo o poder dos xiitas, que se acham sob a influência do Irã. Não adiantou a queda de Maliki do governo, substituído por Haider al-Abadi, e a eleição de um curdo para a presidência, Fouad Massoum. A fração da feudal burguesia sunita iraquiana não pode ser assimilada ao poder dos xiitas, embora os Estados Unidos tivessem exercido poderosa pressão para que o novo governo estabelecesse uma coalização estabilizadora.

Na Síria, o Estado Islâmico passou a ser a principal força, secundarizando a fração jihadista Al Nusra (Al-Qaeda). O controle de campos de petróleo pelos radicais e a ligação da guerra civil síria com a iraquiana sobressaltaram os Estados Unidos, que passaram a montar uma ampla coalizão. Sob sua máscara, confeccionada com retalhos de governos árabes, iniciou-se a guerra conta o Estado Islâmico. A Síria e o Iraque tornaram-se objetivos militares das potências. A derrubada do governo de Bashar al-Assad deixou de ser o objetivo principal. As forças opositoras ligadas ao imperialismo – o Exército Livre da Síria (ELS) – perderam terreno para os jihadistas do Al Nusra e Estado Islâmico. Os bombardeios da coalizão aos radicais colocaram no mesmo terreno as potências e o regime de Assad. O inimigo principal passou a ser o Estado Islâmico. É preciso esmagá-lo, juntamente com o Al Nusra, para se retomar o objetivo original de derrubada do regime.

A guerra civil na Líbia resultou na constituição de dois governos. Ambos apoiados em milícias que combateram Kadafi. A facção que estabeleceu sua base de poder em Tobruk é apoiada pelas potências. Trípoli sedia as facções muçulmanas nacionalistas. O Estado Islâmico luta em território líbio e, tudo indica, ganha força. A Ansar al-Sharia (Al Qaeda), por sua vez, tende a fortalecer o movimento jihadista. No fundo, estão as portentosas jazidas de petróleo. O Egito e os Emirados Árabes Unidos se envolveram no conflito interno, bombardeando posições do Estado Islâmico e da Ansar al-Sharia. A resposta foi a degola de egípcios que agem na Líbia sob a máscara da religião (cristãos ortodoxos coptas).

Há que se considerar ainda o recente avanço da milícia xiita Houthi, no Iêmen, que derrubou o governo fantoche de Abed Rabbo Mansour Hadi, que, por sua vez, havia substituído o coronel ditador Ali Abdullah Saleh, derrubado por uma rebelião. As manifestações das massas ienemitas, motivadas pelos levantes que começaram na Tunísia em 2011, impulsionaram os embates armados entre xiitas e sunitas em torno do poder. Os Estados Unidos, apoiados pela Inglaterra, combatem no Iêmen a Al Qaeda da Península Arábica. São elevados os números de mortes por ataques de drones. A Arábia Saudita exerce um grande poder sobre o país. Na história política do Iêmen, combateu o movimento democrático republicano, defendeu a monarquia e trabalhou contra a unificação entre o Iêmen do Norte e do Sul. A feudal-burguesia saudita (sunita) reage a qualquer tentativa de influência xiita do Irã, tendo por trás os Estados Unidos. O movimento Houthi é acusado de servir aos interesses iranianos. O Iêmen é estratégico para o comércio do petróleo. Os oleodutos e portos têm de estar sob o controle das potências e dos sauditas.

A investida de Israel contra os palestinos a Faixa de Gaza de julho/agosto de 2014 tem particular importância no quadro de

conflagração no Oriente Médio. A operação “Margem Protetora” resultou em uma impressionante matança de civis, entre eles quinhentas crianças. O avanço do expansionismo sionista na Cisjordânia e o cerco econômico-social-militar imposto à Gaza alimentam a explosividade da região. Não há como os Estados Unidos e potências aliadas ocultarem suas responsabilidades diante dos bombardeios que devastaram Gaza e mataram centenas de civis. Acontecimentos tão brutais como esses confluíram com a carnificina na Síria e na Líbia. Projetaram-se sobre o reacionário golpe militar no Egito. O que se observa é que se desenvolve um violento choque entre as forças vinculadas ao imperialismo e as que lutam com armas nas mãos pelo controle das riquezas nacionais. Está aí por que têm se agravado os confrontos na África: Nigéria, com a insurgência do Boko Haram; Somália, com o Al Shabab; Mali, com o Movimento Nacional de Libertação do Azwad (MNLA), Ansar Dine e Al Qaeda no Magreb Islâmico. Constata-se, portanto, que o Estado Islâmico faz parte de um amplo movimento muçulmano de resistência ao saque imperialista e de enfrentamento aos governos entreguistas. O Islã serve de combustível ideológico.

Não se pode compreender por que os jihadistas aplicam formas de violência aos adversários como a do fuzilamento coletivo, a decapitação e a queima do prisioneiro. Não se pode compreender também o atentado ao Charli Hebdo. Um fato que mais chamou a atenção foi o da degola dos dois reféns japoneses, Kenji Goto e Haruna Yukuwama. O Japão parecia distante da guerra que se trava no Oriente Médio. Mas o seu governo, Shinzo Abe, divulga a soma de contribuição destinada à coalizão internacional que combate o Estado Islâmico. Em resposta, os jihadistas exigem uma soma de resgate do refém, que acaba degolado. A posição das potências é que morra o prisioneiro. A cena que mais horrorizou foi a pena imposta ao piloto jordaniano, tenente Moaz Al-Kasasbeh. Em uma jaula, foi queimado vivo. Em resposta, o governo jordaniano, rei Adullah II, executou, por enforcamento, Sajida al-Rishawi e Ziad al Karbuli, dois membros do Estado Islâmico. As execuções de curdos, que se alinharam com a coalizão e colaboram com o governo do Iraque, compõem o quadro de horror que se instalou na guerra do imperialismo contra a jihad nacionalista. Evidentemente, a violência dos opressores internacionais e dos governos lacaios pouco tem aparecido.

A Casa Branca espera lançar brevemente uma ofensiva militar por terra. A posição original era a de pôr na linha de frente as forças da feudal burguesia árabe. Mas suas ações se limitaram aos bombardeios, como tem feito o Egito e a Jordânia. No Iraque, uma força-tarefa norte-americana arma e prepara os curdos para as batalhas de campo, bem como o exército iraquiano. O governo de Obama, no entanto, chegou à conclusão de é preciso ter uma autorização do Congresso para fazer o que bem entender. As execuções promovidas pelos insurgentes estão sendo usadas para modificar a opinião da maioria da população de que é preciso combater o terrorismo com o intervencionismo total. Apesar de Israel ficar à margem dos combates, os governos da Arábia Saudita, Egito, etc. recebem amplificar a guerra entre muçulmanos. É do interesse da ditadura de Al Sisi, do Egito, e da fração pró norte-americana da Líbia que as potências armem a reação com poderes maiores que já têm. Esse é o significado do pedido para que a ONU levante o embargo de armas para a

Líbia. A repressão desfechada pelo rei Adullah em Maan atingiu a população que se inclinava a apoiar o movimento jihadista. Centenas de jovens jordanianos procuravam se alistar nas fileiras do Estado Islâmico. As ditaduras e monarquias árabes estão em crise, sustentam-se à base da violência e da ingerência das potências.

O perigo de uma batalha contra o Estado Islâmico e outras vertentes da jihad é a de provocar um levante das massas. Os Estados Unidos estão dispostos a armar a reação feudal-burguesa, mas não puderam convencer seus aliados árabes a lançarem a ofensiva por terra. Os curdos, devido a interesses bem determinados, prestam-se a esse serviço. Diante dessa situação, Obama trabalha para ganhar apoio das massas norte-americanas para uma eventual guerra campal. A França enviou uma força naval para a região. E a Itália anunciou que está pronta para uma invasão da Líbia. As potências europeias e seus tentáculos (Holanda, Dinamarca, Austrália, etc.) ampliaram a campanha antiterrorismo depois do atentado ao Charli e em outras partes. Ampara-se em uma tendência xenofóbica que cresce a cada dia em função dos impasses do capitalismo europeu. É do interesse do capital financeiro impulsionar a grande orquestração em favor da ofensiva militar contra o Estado Islâmico.

Tudo indica que a conflagração no Oriente Médio e em países da África se agigantarão. O esmagamento da insurgência islâmica é a única via apresentada pelos Estados Unidos e sua coalizão. Quer dizer que as potências darão curso às tendências bélicas da crise mundial. Não é novidade que o imperialismo utilize as ações das organizações terroristas e as cenas de violência para arrastar as massas por detrás do intervencionismo. No passado, com a guerra fria, utilizou o espectro do comunismo. Para falsificar sobre as razões do terrorismo e apresentá-lo como uma deformação da barbárie no seio da civilização, conta com o poderoso aparato de propaganda internacional.

Obama reuniu, em Washington, representantes de 70 países, para preparar a campanha ideológica. O principal objetivo foi pressionar as autoridades políticas, militares, acadêmicas e religiosas muçulmanas a assumirem a particular guerra das potências contra o terrorismo islâmico. A corrida de milhares de jovens e populares para as fileiras do Estado Islâmico assusta os governos. Como estancar a admiração e a disposição de combate de camadas jovens muçulmanas (muitos aderiram ao islamismo)? Diz Obama: comunidades muçulmanas, incluindo intelectuais e clérigos, têm a responsabilidade de refutar não apenas as interpretações deturpadas do Islã, mas também as mentiras de que estamos engajados em um choque de civilizações, de que a América e Ocidente estão em guerra contra o Islã ou buscam reprimir os muçulmanos, ou que somos a razão de todas as mazelas do Oriente Médio.”

O imperialismo está diante da dificuldade de convencer os países árabes de que o Estado Islâmico, Al-Qaeda, Boko Haram, Taleban, etc. são terroristas e que devem ser trucidados. Todos devem se colocar sob a doutrina de Bush, que serviu de base para alavancar a ofensiva intervencionista. A iniciativa de Obama em favor de uma cruzada contra as organizações que evocam o Islã para combater com levantes armados e o terrorismo, exigindo que as autoridades muçulmanas usem o Islã pacífico e ao mesmo tempo as armas da guerra antiterrorismo, tem por fundamento que a vitória militar depende da vitória ideológica.

Ocorre que há uma interpenetração entre o fervor fundamentalista e o nacionalismo; e entre o islamismo oficial e a subserviência ao imperialismo. As distintas interpretações do Islã e sua divisão entre fundamentalistas e oficialistas têm em sua base material o atraso pré-capitalista, a conservação da diminuta feudal-burguesia, os Estados corrompidos, o poder das dinastias do petróleo, a brutal pobreza das massas e o visível saque imperialista. Levante-se o véu do fundamentalismo religioso e se verá nitidamente o nacionalismo típico das nações oprimidas. Levante-se, em seguida, o véu do nacionalismo islâmico e se encontrará o choque entre as forças das nações oprimidas e as das nações opressoras. Assim, ficará transparente que os jihadistas lutam por ocupar países e territórios controlados pelas potências e pelos seus serviços.

Por que, então, prevalece de um lado a ideologia fundamentalista e de outro a do antiterrorismo do imperialismo? Porque a classe operária está internacionalmente desorganizada e não conta com partidos revolucionários, que lutariam com o programa da revolução social. A III Internacional foi destruída pelo estalinismo. A IV Internacional foi estilhada pelo revisionismo. Os progressos do marxismo entre as massas mundiais e em especial entre os explorados árabes, influenciados pela Revolução Russa e pelo bolchevismo, foram variados. A derrocada do processo revolucionário e o retrocesso nas transformações socialistas, em última instância, deixaram o caminho aberto para as potências exercerem um poder quase ilimitado. O domínio das potências sobre o Oriente Médio – depois das duas guerras mundiais e da dissolução do império otomano – impôs uma penetração do capitalismo monopolista e em grande medida a conservação de formas arcaicas de pré-capitalismo. Em sua base, está a economia petrolífera e comercial. Para isso, foi necessário derrotar o nacionalismo árabe, que teve grandes pretensões de independência com o pan-arabismo. As formas bárbaras que assumiram o intervencionismo imperialista e a resistências de organizações jihadistas expressam esse processo histórico.

O ponto de partida está em ter uma posição correta, a mais precisa possível diante de uma situação mundial tão complexa. Observamos que as esquerdas quase em sua totalidade – de estalinistas a revisionistas do trotskismo – se curvaram diante das pressões imperialistas para que houvesse uma condenação geral do atentado contra o Charli Abdo. A questão, no entanto, não se circunscreve à ação terrorista contra jornalistas que foram às últimas consequências em suas caricaturas a Maomé. O acontecido é um pinga no oceano dos confrontos no Oriente Médio e países da África. Não passa de uma decorrência. O mesmo se pode dizer das execuções realizadas pelo Estado Islâmico.

O fundamental está em identificar a rebelião da nação oprimida contra a opressora – uma marca de nosso tempo. O jihadismo encarna a nação oprimida, não por um programa revolucionário, que não tem e certamente o rechaça com seus pressupostos religiosos, mas objetivamente. Eis por que está em choque frontal com os Estados Unidos e sua coalizão. O fato de expressar a nação oprimida não significa que a libertará dos seus saqueadores. O nacionalismo islâmico não tem como destruir os laços de dominação da propriedade monopolista e os liames que ligam o Estado nacional à burguesia mundial. A idealiza-

ção de uma unidade muçulmana sob a forma do califado cairá por terra. Mas, sob os pés da insurgência, as forças produtivas encarceradas pelo atraso e pelas travas do imperialismo forçam passagem. Tomado o fenômeno em seu conjunto e consideradas as contradições, o levante armado contra o domínio imperialista é progressivo. O mais provável é que se vencesse poderia assumir formas regressivas de nacionalismo religioso. No caso de ser esmagado, fortalecerá provisoriamente o domínio imperialista.

Não é porque o proletariado está desorganizado que não tem respostas. Em sua luta mundial, permitiu que sua vanguarda formulasse o programa e a tática de combate à opressão de classe e à opressão nacional. A linha divisória está em defender qualquer que seja o levante da nação oprimida contra a opressora. Aplicada à situação, trata-se de rechaçar a intervenção do imperialismo e combater a doutrina do antiterrorismo. De forma alguma, a luta dos marxistas contra a religião, ao nacionalismo e às organizações que praticam o terrorismo à margem dos explorados os coloca no terreno das potências e da feudal-burguesia árabe. Na luta contra a intervenção do imperialismo e em defesa das organizações jihadistas, torna-se possível desenvolver no seio das massas o programa da revolução proletária, as tarefas democráticas da nação oprimida e as reivindicações da maioria explorada. Torna-se possível a crítica concreta ao nacionalismo islâmico, ao obscurantismo religioso, aos objetivos ocultos de poder e ao terrorismo.

O programa democrático de combate ao imperialismo, pela autodeterminação das nações oprimidas, independência nacional, superação do atraso econômico-social, fim da miséria das massas, etc. se sintetiza na bandeira de Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. E a tática para vencer os agressores externos e seus lacaios internos é a da frente única anti-imperialista. O confronto entre a coalizão comandada pelos Estados Unidos e o Estado Islâmico exige a defesa do levante armado dos explorados. Somente as massas oprimidas em combate direto à feudal-burguesia e às forças coligadas das potências poderão vencer a batalha pela emancipação na nação oprimida. Qualquer traço de pacifismo – o que não falta aos revisionistas e reformistas – serve à violência sanguinária e contrarrevolucionária do imperialismo. Está aí por que desde o início dos embates, o POR afirmou sua posição na bandeira “ao lado do Estado Islâmico contra o imperialismo.”

Fica evidente que as batalhas na Síria, Iraque, Líbia, Iêmen, Afeganistão, Nigéria, Somália, travadas pelos jihadistas, fazem parte da nova etapa da luta de classes aberta pela crise mundial em 2008. É necessário considerá-las no âmbito dos movimentos, greves e protestos em outras partes do mundo, em particular na Europa ocidental. Deve-se também verificar seus vínculos com a guerra civil na Ucrânia. E de um ponto de vista mais geral identificar o impulso das tendências bélicas do imperialismo. Na América Latina, a crise econômica vem desfazendo as ilusões do crescimento sustentável e a burguesia se colocou em posição de ataque à vida das massas. No Brasil, os explorados sentem os primeiros sintomas da recessão e começam a vencer o período de inércia. A ofensiva militar dos Estados Unidos contra os jihadistas se depara com o recrudescimento da luta de classes mundial. É nesta situação que a vanguarda poderá avançar a tarefa de reconstruir o partido mundial da revolução socialista – a IV Internacional.

Ucrânia: os acordos de “Minsk-2”

No dia 12 de fevereiro, assinou-se o cessar fogo entre as forças militares ucranianas e as milícias separatistas do leste. O acordo de “Minsk-2” foi alcançado entre os representantes diplomáticos da França, Alemanha, Rússia e da Ucrânia. As milícias não tiveram participação. Seus interesses foram expressos pelas exigências do governo russo.

O acordo estabelece que: 1) cessem os combates em todo o leste; 2) se retire o armamento pesado da linha do front e se crie uma zona de segurança “desmilitarizada”; 3) se garanta a avaliação internacional do cumprimento das medidas; 4) se convoquem eleições regionais no leste; 5) se garanta a anistia aos separatistas por meio de uma lei que “proíbe a perseguição e punição às milícias”; 6) se confirme a libertação e troca de prisioneiros; 7) se restabeçam os pagamentos de seguros de assistência e os subsídios sociais nas regiões separatistas; 8) se garanta o restabelecimento das relações econômicas entre o oeste e o leste; 9) seja constituído o controle pelo governo de Kiev das fronteiras com a Rússia; 10) se comprove a retirada e desarmamento total dos grupos estrangeiros que combatem na guerra civil; 11) se convoque uma nova reforma constitucional que assegure a autonomia de Donetsk e Lugansk; 12) se continuem com as reuniões tripartites (UE, Ucrânia e Rússia), para avaliar o cumprimento final dos acordos.

Ângela Merkel e François Hollande disseram que finalmente foi dado “um passo à paz”. O certo é que o imperialismo europeu e o governo ucraniano não tinham como protelar a trégua. Debáltsevo - cidade estratégica entre Donetsk e Lugansk - estava quase sob o poder das milícias. Esperava-se que a trégua garantisse essa localidade para as forças militares de Kiev. O acordo pretendeu “proteger” o governo de Kiev do aprofundamento da crise política. Uma derrota desonrosa de Kiev em Debáltsevo aumentaria os conflitos no interior do governo. Apesar da trégua, a cidade passou para as milícias.

Ucrânia em desintegração

O presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, dias antes do acordo, tinha se recusado a admitir a possibilidade de uma trégua. Pravy Sektor (*Setor Direito*, partido ultranacionalista), aliado à coalizão de governo, afirmou que continuaria a combater. Porém, parte da cúpula militar rejeitava esse plano. As Forças Armadas ucranianas não tinham capacidade para manter as posições. Há alguns meses atrás, várias unidades do exército se mobilizaram contra o governo exigindo o pagamento dos salários atrasados. Um setor da oligarquia ucraniana se colocou contra a continuidade da guerra e a favor do restabelecimento das relações comerciais com a Europa e a Rússia. O agravamento das consequências sociais da crise coloca em risco o plano de aplicação dos ajustes exigidos pelo FMI, sem que haja resistências. A ganância com a guerra impõe grandes sacrifícios aos explorados. Uma convulsiva crise política e social poderia provocar uma cisão no exército, a desagregação do governo e colocar as massas nas ruas.

A Ucrânia está devastada. Suas forças produtivas foram parcialmente destruídas e o déficit é coberto pela gigantesca injeção de capitais do FMI (estima-se que o déficit do país em 2015 poderá ser maior que 8% do PIB). O secretário do *Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia*, Alexandr Turchinov, disse que utilizará 5% do PIB em 2015 só para gastos militares. Junto com pagamento da dívida externa, chegariam a comprometer 30% do orçamento nacional. Isso quando as reservas de divisas internacionais da Ucrânia caíram 14,8% (janeiro de 2015) e o país precisará de mais 15 bilhões de dólares para evitar a falência. O montante total da dívida ucraniana com o imperialismo e, em parte, com a Rússia, chega a 70 bilhões. Só neste ano, terá

de pagar 11 bilhões de dólares em juros. Os novos empréstimos (por 17,5 bilhões até 2020) serão para garantir o pagamento dos serviços da dívida, bem como alimentar gastos militares. A Gryvna tem se depreciado em três vezes seu valor, a inflação atingiu a casa de 25%, os preços dos alimentos foram às alturas, os serviços médicos subiram 30%, os transportes 42% e as tarifas de água e luz, 35%. O plano do FMI prevê um aumento do gás em 280%. O desemprego chegou a 11%, a precarização atinge mais de um terço da população assalariada, os salários foram congelados e os programas sociais foram praticamente eliminados.

Manobra para protelar a explosão da crise na UE

Esses fatores e contradições obrigaram a UE e o governo ucraniano a assinarem o acordo, a contragosto dos norte-americanos. Os EUA pretendiam armar Kiev para esmagar os separatistas e desafiar a Rússia. A Alemanha e a França não viram com bons olhos a estratégia norte-americana. As perdas comerciais para a UE, resultantes das sanções econômicas contra a Rússia, alcançam mais de 21 bilhões de euros. Os camponeses da Polônia manifestaram-se contra a política de sanções à Rússia e, também, às medidas do governo Putin contra as importações das mercadorias agrícolas de origem europeia. O mesmo tem ocorrido com os protestos na França, na Espanha, na Grécia, dentre outros países exportadores de produtos agrícolas.

Nas condições de queda econômica, de aumento do desemprego e dos impasses da UE, as pressões dos camponeses e dos exportadores dos produtos agrícolas para a Rússia atingem os governos, principalmente o da França e da Alemanha. Está aí por que há uma resistência da burguesia europeia em assumir a posição dos Estados Unidos de aprofundar a crise na Ucrânia, enviando armamentos e instrutores.

Estados Unidos pressionam por uma escalada militar

Para os Estados Unidos, a saída militar comparece como uma via de movimentação do capital financeiro, para elevar os lucros da indústria militar e para que seus monopólios ganhem fatias mais lucrativas dos mercados. Fundamentalmente, para arrastar a França e a Alemanha por trás de seu plano de cercar a Rússia e impor a hegemonia norte-americana na região.

No dia 10 de fevereiro, o ministro de Relações Exteriores da Inglaterra, Philip Hammond, disse que não podia permitir “a derrota do Exército ucraniano”. Ainda contava naquele momento com a possibilidade dos Estados Unidos disciplinarem a França e a Alemanha. Essa perspectiva não vingou. Foi então colocado que cada país da OTAN poderia decidir se enviaria armas à Ucrânia, sem aprovação da organização. A Alemanha, França, Itália, República Checa, Eslováquia, Hungria e Estônia se colocaram contra o envio de armas a Kiev. A Inglaterra, Polônia e Canadá se colocaram pela posição dos EUA. A outra via tem sido de uma intervenção da ONU. No entanto, qualquer uma dessas variantes não significaria outra coisa senão liberar os Estados Unidos para agir à margem da OTAN e da ONU. Foi nesse sentido que, no dia 20 de fevereiro, o secretário do *Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia*, Alexandr Turchinov, assinalou que o país estava se preparando “para uma guerra em grande escala” contra a Rússia.

Putin manobra para proteger os interesses da oligarquia restauracionista

Para a Rússia, o acordo representa tão somente uma trégua. E uma manobra para barrar o avanço do imperialismo sobre os recursos industriais e as riquezas naturais do leste. Aposta que uma nova Cons-

tuição garanta a autonomia do leste. Para o imperialismo, o objetivo russo é o de pleitear sua separação e constituição em novas repúblicas. Assim, poderia reaproximá-las da CEI.

A crise capitalista na Rússia, porém, constitui o maior obstáculo para o acordo “Minsk-2”. O país vem enfrentando a recessão econômica e a fuga massiva de capitais (90 bilhões só em 2014). O déficit alcançou 15% do PIB (cerca de 100 bilhões de dólares) e a inflação está na casa de 15%. A depreciação do Rublo atingiu 45%, em relação ao valor de 2013. Os produtos de consumo básico aumentaram em 30%. Está previsto que 10 mil funcionários públicos da saúde ficarão desempregados em 2015.

Como se vê, o aprofundamento da crise e as suas consequências na Rússia compõem como reflexo da restauração capitalista que continua destruindo as conquistas da revolução de Outubro de 1917. A desintegração da saúde e da educação públicas retrata o retrocesso social. O ataque de Putin à vida das massas não tem ficado sem respostas. Somente em dezembro de 2014, milhares de funcionários da saúde se manifestaram contra os ajustes no setor. Destaca-se nesse quadro o fechamento de milhares de empregos na indústria automobilística. O que assinala o aumento do desemprego nacional. A classe operária não poderá permanecer indiferente diante da destruição de postos de trabalho e deve recorrer à luta grevista.

A defesa da unidade ucraniana está nas mãos do proletariado

O acordo de “Minsk-2” procura uma solução diplomática para a guerra civil. Mas a probabilidade de vingar é pequena. O imperialismo necessita incorporar a Ucrânia, para avançar sua penetração na Rússia e a transformá-la em semicolônia. Tudo indica que os EUA terão de impor à UE e ao governo de Kiev seus

planos militares contra a Rússia.

O problema fundamental reside em que, após a restauração das relações capitalistas no país, a Ucrânia se reintegrou ao mercado mundial como país semicolonial. Não se concretizou a ideia de que a constituição da República burguesa faria do país uma nação livre e soberana. No entanto, ainda se projetava entre as massas as sombras da opressão nacional exercida pelo estalinismo. Sua decomposição e transformação em coveiro da revolução mundial resultaram na destruição das tradições revolucionárias do proletariado ucraniano. Os explorados do país não tiveram como se opor à restauração capitalista. Submeteram-se às forças restauracionistas.

A crise obrigará as massas a se chocarem contra os cimentos do regime burguês semicolonial em rápida desagregação. A congênita incapacidade das frações oligárquicas ucranianas em resolver as tarefas democráticas - dentre elas, a de recompor a unidade territorial e de acabar com a opressão nacional - as empurram para os braços do imperialismo. O desmembramento territorial e o fim da guerra civil serão resolvidos pelos métodos da luta de classes, ou seja, o proletariado está diante da tarefa de levantar o programa revolucionário. Qualquer que seja o acordo entre a Rússia e as potências, a Ucrânia não deixará de ser um país submetido. A solução do conflito deve vir dos próprios ucranianos, o que na situação já não é possível. Uma mudança de rumo virá do proletariado, caso esse transforme a guerra civil em guerra revolucionária pelo poder do Estado, pela independência e unidade do país. Uma Ucrânia una, democrática, livre e soberana será o resultado da conquista do poder pelo proletariado, da constituição do governo operário e camponês e da expropriação revolucionária da oligarquia e do imperialismo.

Governo do Syriza procura acordo antinacional e antipopular

A eleição da Syriza despertou nas correntes de esquerda entusiasmo e temores. As massas gregas até que enfim abandonaram os partidos dominantes e deram vitória a um movimento que não aceitava o plano de resgate da “troika” (Comissão Europeia-CE, Banco Central Europeu-BCE e Fundo Monetário Internacional-FMI). O problema estava em que o vencedor havia recuado em posições anteriores de ruptura com os credores e mostrado disposição de estabelecer um novo acordo que manteria a Grécia sob o jugo da oligarquia financeira. Tal contradição, no entanto, não permitia saber que “terremoto político” era esse que no dia seguinte dava poderes ao Syriza para fazer o contrário do que os seus eleitores aspiravam. Sem uma clara caracterização do novo governo e da função política da Syriza, assim, as esquerdas foram da euforia à apreensão.

As esquerdas ocultaram que a Syriza compareceu como uma válvula de escape à situação revolucionária. Atuou como um canal de desvio da luta direta das massas e do enfrentamento nas ruas ao plano de resgate (Memorando) para as eleições e para a constituição de um governo pequeno-burguês. A Syriza foi embelezada como instrumento das massas para dar um basta ao saque do país e aos brutais ataques à vida dos explorados. Ocorria exatamente o contrário: a Syriza é que usava as ilusões democráticas da população para desviar a luta de classe para a formação de um governo de manutenção do capitalismo, portanto, dos interesses gerais da burguesia grega e europeia.

O fato de as massas não terem um partido do proletariado para levá-las ao poder e o fato de alimentarem esperanças em um novo governo eleito não modificam o fato de a Syriza se constituir em um

instrumento da burguesia, mesmo que não fosse de seu gosto e não fizesse parte de seus planos. Não é possível constituir um governo revolucionário por meio de eleições. Há muito essa constatação foi demonstrada pela experiência. Mesmo assim, há correntes que insistem em dotar a Syriza de uma estratégia aparentemente revolucionária de implantação de um “governo dos trabalhadores”. Foi o que fez o morenismo (revisionista do trotskismo).

Analisando os impasses da Syriza, em seu artigo “Grécia: momento de decisão”, Jorge Altamira de PO argentino o conclui com a exortação de que “Syriza rompa com a União Europeia (...) e forme um governo dos trabalhadores”. Salta à vista a leviandade. A esquerda democratizante não tem por que expor o conteúdo de classe do governo eleito e os objetivos de salvação da burguesia grega. Negaram-se a dizer aos explorados que estavam procurando uma via de solução da crise nacional e de seus tormentos que resultaria no contrário. Sem dúvida, dizer a verdade aos explorados e lutar para a mudança de curso, naquelas condições, era combater na contracorrente. O mesmo se passa, agora, com o recém-eleito Tsipras. Seus primeiros passos foram de submissão à burguesia grega e de adaptação aos saqueadores. É preciso dizer aos explorados que a Syriza os desviou da luta de massa (greves gerais, manifestações, ocupações, etc.) e que trabalhará em colaboração com a burguesia para evitar uma retomada da via revolucionária.

A tática do proletariado não é a de reivindicar que a Syriza dê lugar a “um governo dos trabalhadores”, mas o de denunciá-lo como um governo pequeno-burguês que serve à burguesia. As reivindicações transitórias devem estar vinculadas à estratégia da revolução proletária, da constituição de um governo operário e camponês.

Os explorados gregos estão à espera do que fará o novo governo. Antes, movimentavam-se com suas reivindicações e contra o governo da ND/Pasok. Chocavam-se com o Estado, ou seja, com a ditadura de classe da burguesia. Agora, eleito um governo como se fosse seu, alimentam a ilusão de que já não precisam tomar em suas mãos a solução. Nessa virada, o movimento pequeno-burguês desarma os explorados e bloqueia a ascensão da classe operária. Ao lado do Syriza, está o Partido Comunista estalinista (KKE), que detém importantes postos no movimento sindical e serve de trava ao avanço da unidade revolucionária das massas.

A margem de manobra do novo governo é estreita. Não pretende romper com o quadro montado pela “troika”, sob a direção da Alemanha, mas está obrigado a rejeitar a continuidade do plano de resgate. Conta a seu favor com as pressões de parte dos Estados que compõem a União Europeia no sentido de arrefecer o rigoroso ajuste fiscal.

O primeiro-ministro Alexis Tsipras e o ministro das Finanças Yanis Varoufakis tiveram de imediatamente fazer uma peregrinação perante as autoridades da União Europeia. Começou por um encontro com o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. O objetivo foi o de demonstrar que o governo da Syriza não quer romper com a União Europeia e que está empenhado em negociar um abrandamento das exigências do Memorando (o Memorando tem sido execrado pela maioria dos gregos). De mãos dadas com Schulz, Tsipras declarou ao mundo: “Estamos dispostos a iniciar reformas mais profundas, sem austeridade, mas também sem déficit.” E fez um pedido: “Mas para alcançar esse objetivo, o país e o novo governo helênico precisam de tempo.” Espera-se que a Alemanha seja realista, pragmática, e reconheça a mudança política. O que implica negociar um novo acordo.

O ponto de partida das negociações está em o governo grego reconhecer a dívida - nada de cancelamento, nada de redução. Segundo o governo alemão, a redução já foi feita para se chegar ao plano de austeridade, portanto, não há mais nada a fazer nesse sentido. O BCE comunicou à Tsipras que não mais apoiará o refinanciamento de sua dívida por meio de títulos dos gregos. A medida serviu para demonstrar que a Grécia está nas mãos dos credores, que não tolerarão nenhuma manobra diversionista da Syriza e que não temem a saída do país da União Europeia. Acima de tudo está o ordenamento que a sustenta. As nações mais débeis devem ceder em sua soberania e arcar com o peso da crise capitalista. A França ofereceu “ajuda” para esse início do governo syrista, desde que não se toque na palavra cancelamento de dívida. Outros governos se mostraram complacentes, como o da Inglaterra, Itália, Holanda, etc., mas tudo no âmbito do jogo diplomático.

Tsipras e Varoufakis, como dissemos, procuram aproveitar as diferenças entre as potências europeias quanto ao rigor da política fiscal e do tratamento da dívida dos países mais afetados. Importantes vozes já falam em tom mais alto sobre o esgotamento da “Doutrina Schäuble”, nome do ministro das Finanças da Alemanha. No entanto, ser mais ou menos flexível, mais ou menos pragmático, é até onde vão as diferenças. No essencial, a oligarquia financeira determina os rumos das dívidas nacionais e as autoridades europeias estão obrigadas a seguir. Eis por que neste primeiro momento a Alemanha confirma sua linha dura e a França acena com a flexibilidade. Os dois maiores credores precisam agir como uma pinça para continuar atuando por cima do Estado com a colaboração da Syriza no novo quadro político. O pior que pode acontecer para a Syriza e para os credores é a volta das massas às greves e mobilizações de rua. Esse é o ponto claro-escuro da situação. Os explorados guar-

darão o jogo iniciado no Eurogrupo? Até onde é possível ceder sem que haja qualquer dano à mão de ferro da Alemanha?

Tsipras e Varoufakis necessitam cumprir a promessa de que fariam mudanças na política econômica que resultariam na volta ao crescimento e na proteção das camadas populares que arcam com o desemprego e a miséria. Estabeleceram como meta aumentar o valor do salário mínimo, de pensões e aposentadorias, reintegração de parte dos funcionários públicos demitidos, renda mínima para quem se encontra na extrema pobreza (uma espécie de Bolsa Família) e subsídios de tarifas aos mais pobres. Não agradou aos credores o programa social que despenderia de alguns bilhões de euros. É um pinga no oceano de uma dívida de 316 bilhões de euros, ou 175% do PIB, mas é um mau exemplo para quem está com a corda no pescoço – assim pensam os credores. Podem, porém, ser negociados. A “troika” sabe que este é o calcanhar de Aquiles do governo dito de esquerda. Tem de prestar contas aos pobres, miseráveis e famintos. Ou a crise política tomará proporções ainda desconhecidas, impulsionando forças da revolução e da contrarrevolução.

Se a Syriza se mostrar capaz de disciplinar as massas e de aplicar um novo plano de pagamento da dívida, é possível que saia um acordo. Há uma convergência de forças no interior do imperialismo para que Tsipras não seja colocado no canto da parede. Admite-se em tese estabelecer uma relação entre pagamento da dívida e o PIB, desde que se cumpram as denominadas “reformas estruturais” (entre elas, a privatização e a entrega de riquezas nacionais). Um novo ator entrou em cena: a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por meio da OCDE, atuam os Estados Unidos. Uma solução que quebre o processo revolucionário é do interesse da maior potência. É sintomática a declaração de seu secretário-geral, Angel Curria, no sentido de que a comissão formada não era para “dizer o que a Grécia deve fazer”.

É claro que a amplitude da crise europeia exige que as nações mais débeis desçam ao fundo do poço para que as mais poderosas continuem a proteger seus capitais. Essa lei econômica é intocável, para a burguesia. O que se pode fazer é calibrar a potência do saque. A realidade mostra que a Grécia, depois de cinco anos de aplicação do Memorando e de recessão, chegou ao seu limite. A maior prova disso foi a crise política e ascensão de um movimento democrático pequeno-burguês ao poder. Algumas válvulas de escape devem ser abertas. Não obstante, um acordo com a Grécia não pode ferir a disciplina imposta às demais nações em quebra e servir de motivo para que também exijam flexibilidade além da conta. Esse é o ponto central a partir do qual a Alemanha, sobretudo, sustenta a linha de que a Grécia não deve ultrapassar.

A reunião do Eurogrupo de 16 de fevereiro deu os primeiros sinais das dificuldades de se chegar a um acordo. Segundo informações, o encontro foi suspenso em meia hora de discussão. Os ministros das Finanças da Europa redigiram o que o novo governo grego deveria fazer: aceitar a continuidade da segunda fase do Memorando ditado pela troika. Assim, era colocado na boca do chanceler Tsipras que “as autoridades gregas expressaram a intenção de solicitar uma extensão técnica de seis meses do atual programa como um passo intermediário”. O que implicaria manter o plano de saque do país. Está aí por que a reunião sequer iniciou. O embate mostrou que o Eurogrupo mantém a inflexibilidade de Schäuble. O ministro das Finanças da França, Michel Sapin, contemplativo, considerou que uma ruptura nas negociações resultaria em “um grave fracasso político para a Europa e para a Grécia”. Por sua vez, o representante da Grécia, Yanis Varoufakis, prometeu procurar uma solução o mais rápido possível para o impasse.

Há que desmascarar aos olhos dos explorados gregos e de toda Europa as manobras conjuntas realizadas pelo imperialismo e Syriza. A política do proletariado tem como ponto de partida a compreensão de que a bancarrota grega é parte de um processo mais amplo de quebra de forças produtivas impulsionado pela crise mundial de superprodução e pelo agigantamento do parasitismo financeiro. O novo governo terá de se integrar ao processo geral de proteção ao capital financeiro. Não é possível libertar a Grécia do saque e proteger as massas da superexploração e do fechamento de postos de trabalho. Para isso, será necessário o avanço das forças revolucionárias na Europa e em particular na Grécia.

A Syriza prematuramente demonstrou incapacidade. Está em oposição à tarefa de expropriação da burguesia e de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A preservação da grande propriedade e do capital financeiro manterá o país sob a tutela dos credores. O governo não terá como desenvolver uma política econômica independente. Qualquer acordo servirá à burguesia que afundou o país na dívida, serviu ao parasitismo do capital financeiro, desperdiçou recursos de um país carente e empurrou para a miséria milhões de trabalhadores. Está claro que não poderá haver um acordo que não seja antinacional e antipopular. Está fechada qualquer via de reformas no capitalismo em desintegração.

A classe operária tem seu programa, mas somente pode encarná-lo por meio do partido marxista-leninista-trotskista. É preciso que se converta em uma força coesa em torno da estratégia de tomada do poder. A defesa do programa de expropriação da burguesia é decisiva para enfrentar a quebra da Grécia, libertar as massas do controle exercido pelos velhos partidos e desmascarar a política pequeno-burguesa da Syriza. A construção do partido proletário passará por esse combate. As esquerdas democratizantes renunciaram ao programa da revolução e ditadura proletárias. Mas manejam aspectos do programa de transição da IV Internacional, exortando a Syriza a cumpri-los. Confundem mais do que ajudam a vanguarda que emerge dos combates.

Os explorados têm de ser alertados sobre as manobras conciliadoras da Syriza e chamados a retomar o movimento de massa. Qualquer sinal de apoio ao governo que negocia no Eurogrupo como deve ser a tutela dos credores sobre a Grécia, concluirá em traição ao país e aos explorados. A tática de exigir que o governo Syriza nacionalize os bancos e tome providências em favor da economia e da população somente pode auxiliar os explorados a abreviar sua experiência com o governo pequeno-burguês caso se desenvolva no seio da luta a estratégia da revolução proletária. Caso contrário, o radicalismo democratizante servirá de cobertura ao governo da Syriza.

A “troika” usou o argumento de que a eleição da Syriza poderia precipitar a saída da Grécia da União Europeia. Nestas eleições, porém, os eleitores não foram sensíveis à pregação imperialista. É preciso, não obstante, ter claro que a mudança de ânimo da maioria não se deveu fundamentalmente ao fato de reconhecer que a permanência significa manter a Grécia sob a tutela e como pária das potências. Mas porque Alexis Tsipras deixou evidente que tudo faria para preservar a unidade europeia. A interpretação de que o voto dos explorados teve por conteúdo o rompimento é mais uma das peripécias do subjetivismo de que servem os revisionistas. Tsipras, agora, procura mostrar que estava certo em rechaçar a campanha de que sua vitória seria o fim da integração da Grécia à União Europeia. É o que se depreende de sua declaração, dada logo após a reunião de 13 de fevereiro com o Eurogrupo: “Toda a discussão e a evolução hoje assinala uma disposição para

um acordo político. Ficou provado que ninguém quer criar condições para uma ruptura”.

A crise é profunda e suas contradições podem contrariar a vontade de Tsipras. Essa é uma preocupação compartilhada pelas potências. A hipótese mais provável é que se chegue a um acordo para que o novo governo tenha algum tempo até que os explorados tardiamente descubram a fraude e o engano. No entanto, as dificuldades da reunião de 16 de fevereiro indicam o inverso.

O fundamental da discussão sobre a saída ou permanência da Grécia está oculto. O governo pequeno-burguês não tem poderes para liderar um movimento de cancelamento da dívida e, portanto, de independência do país diante da “troika”. Mesmo que a Grécia se desvincule da União Europeia, continuará subordinada à oligarquia financeira. A bandeira de que a Syriza rompa com a União Europeia é, portanto, vazia. Não tem como ser preenchida com medidas necessárias como a nacionalização dos bancos, etc. A inconsequência tem a ver com a tática do democratismo de apoiar o governo pequeno-burguês exigindo que tome medidas revolucionárias. Não há sentido dizer quais medidas radicais Alexis Tsipras deve tomar para cumprir a vontade popular expressa na votação. Ou se vai à raiz da crise, ou então não será possível desenvolver a política do proletariado.

As forças produtivas estão em franco choque com as relações capitalistas de produção. A União Europeia e a Zona do Euro não resultaram em liberação das forças produtivas. Serviram à concentração monopolista e ao capital financeiro das potências que as lideram. Rebaixaram as fronteiras nacionais, mas preservaram os Estados nacionais. A crise mundial se encarregou de acirrar as contradições de base. A União Europeia evidenciou o domínio econômico de três potências, sobretudo da Alemanha. Os demais membros compareceram como serviçais. Arcaram com o gigantesco movimento dos capitais especulativos. A Grécia se destaca como o elo mais débil da cadeia imperial montada pela Alemanha, França e Inglaterra. A quebra financeira, o retrocesso industrial, a depressão comercial e a elevação da taxa de desemprego (na Grécia, atingiu mais de 28% da população economicamente ativa) indicam que a União Europeia e a Zona do Euro se esgotaram como via de enfrentamento da crise. A classe operária e as camadas oprimidas da classe média estão sendo obrigadas a reagir. É imprescindível que sua vanguarda dê conta do fracasso da burguesia europeia em superar as contradições estruturais.

O caso da Grécia ressalta pela amplitude de seu desmoronamento, mas não é exceção. Espanha, Portugal, Itália e Irlanda continuam em processo de quebra. Ganha, portanto, importância a bandeira de *Estados Unidos Socialistas da Europa*. A esquerda revisionista de quando em quando a levanta, mas como um slogan e não como um programa. É o que vem acontecendo na Grécia. Os virtuosos centristas abrigam sua posição de apoio a Syriza sob o mesmo guarda-chuva. O chamado para que rompa com a União Europeia expressa um desvio nacionalista. O proletariado combate a burguesia e seus governos vinculando as reivindicações encarnadas pelas massas à estratégia da destruição da União Capitalista da Europa e constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Os acontecimentos na Grécia são amplamente favoráveis para a vanguarda mostrar que a questão não está em permanecer ou romper com a União Europeia. O programa que se sintetiza nos Estados Unidos Socialistas da Europa tem por fundamento a destruição do domínio burguês. É urgente pôr em pé um partido que encarne esse programa.

17 de fevereiro de 2015

Publicamos uma parte do artigo de Trotsky “O desarmamento e os estados unidos da Europa”. Seleccionamos o tópico sobre a questão da unidade europeia, considerando a sua atualidade diante da retomada da crise no continente e, em particular, na Grécia.

Os Estados Unidos Soviéticos da Europa

Já em setembro de 1914, no início da Guerra Mundial, coloquei o problema dos estados unidos da Europa considerado do ponto de vista proletário. No trabalho *A guerra e a Internacional*, o autor destas linhas procurou demonstrar que a unificação da Europa está indiscutivelmente colocada em todo o desenvolvimento econômico europeu, mas que os estados unidos da Europa somente podem ser concebidos como forma política da ditadura do proletariado europeu.

Em 1923, quando a ocupação do Ruhr colocou mais uma vez com toda gravidade os problemas fundamentais da economia europeia (sobretudo o carvão e o ferro), e consequentemente também os problemas da revolução, conseguimos que a direção da Internacional Comunista adotasse oficialmente a bandeira dos estados unidos da Europa. Mas atitude diante dessa bandeira continuou sendo hostil. Como não podiam re-

chaçá-la, os dirigentes da Internacional a consideraram uma criatura abandonada do “trotskismo”. Depois da derrota da revolução alemã de 1923, a Europa se estabilizou. Os problemas revolucionários fundamentais saíram da ordem do dia. A bandeira de estados unidos da Europa foi esquecida e não foi incluída no programa da Internacional. Stálin explicou esse novo zig-zague com notável profundidade: uma vez que não podemos saber em que ordem ocorrerá a revolução em distintos países, é impossível prever se serão necessários os estados unidos da Europa. Em outras palavras, é mais fácil fazer um prognóstico depois dos acontecimentos ocorridos do que antes. Em realidade, não se trata de em que ordem ocorrerão as revoluções. Sobre esse ponto só se pode especular. Mas isso não exige os operários europeus, nem ao conjunto da Internacional, de dar uma resposta clara à seguinte pergunta: como se pode arrancar a economia europeia de seu atual estado de dispersão, e como as massas populares da Europa podem se salvar da decadência e da escravidão?

O problema, no entanto, está em que o fundamento econômico da bandeira de estados unidos da Europa põe por terra uma das ideias básicas do atual programa da Internacional Comunista: a da construção do socialismo em um só país.

A essência de nossa época reside em que as forças produtivas superaram definitivamente os marcos do Estado nacional e, fundamentalmente na Europa e na América do Norte, assumiram proporções em parte continentais e em parte mundiais. A guerra imperialista foi um produto da contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. E a paz de Versalhes, que pôs fim à guerra, agravou ainda mais esta contradição. Em outras palavras: devido ao desenvolvimento das forças produtivas, há muito que o capitalismo perdeu a capacidade de existir em um só país. Portanto, o socialismo se baseará em forças produtivas muito mais desenvolvidas; de outro modo não significaria um progresso, mas um retrocesso em relação ao capitalismo. Em 1914 escrevi: “Se o problema do

socialismo fosse compatível com os limites de um Estado nacional, seria também com os da defesa nacional”. A fórmula estados unidos soviéticos da Europa é precisamente a expressão política da ideia de que o socialismo é impossível em um só país. O socialismo não pode atingir seu desenvolvimento pleno nem sequer nos limites de um só continente. Estados unidos socialistas da Europa é a bandeira histórica de uma etapa no caminho da federação socialista mundial.

Mais de uma vez ocorreu na história que, sendo a revolução demasiadamente débil para resolver uma tarefa historicamente madura, é a reação quem se encarrega de realizá-la. Assim, Bismark unificou a Alemanha à sua maneira depois do fracasso da revolução de 1848. Stolipin procurou resolver o problema agrário depois da derrota da revolução de 1905. Os vencedores de Versalhes resolveram à sua maneira o problema nacional,

que todas as revoluções burguesas que haviam ocorrido na Europa se demonstraram impotentes para resolver. A Alemanha dos Hohenzollern procurou organizar a Europa unificando-a sob seu escudo. Foi então que o vencedor Clemenceau procurou utilizar o triunfo para dividir ao máximo a Europa. Hoje Briand, armado com linha e agulha, se prepara para costurá-la de novo, ainda que não sabe por onde começar.

A direção da Internacional, essencialmente o Partido Comunista Francês, denuncia a hipocrisia do pacifismo oficial. Mas isto não basta. Expressar a tendência da unificação da Europa unicamente como um meio de preparar a guerra contra a URSS é, por assim dizê-lo, pueril, e prejudica o objetivo da defesa da república soviética. A bandeira dos estados unidos da Europa não é uma astuta invenção da diplomacia. É um produto das imutáveis necessidades econômicas da Europa, que surgem mais penosamente quanto maior é a pressão dos Estados Unidos. Justamente agora os partidos comunistas devem opor a bandeira de estados unidos soviéticos da Europa às elucubrações pacifistas dos imperialistas europeus.

Mas os partidos comunistas têm as mãos atadas. A bandeira vital, com seu profundo conteúdo histórico, foi eliminada do programa da Internacional unicamente em função da luta contra a Oposição. Esta, então, deve levantar a bandeira com muito mais decisão. Através da Oposição a vanguarda do proletariado europeu diz aos atuais governantes: para unificar a Europa, é necessário, antes de tudo, arrancar o poder de suas mãos. Nós o faremos. Unificaremos a Europa. Unificaremos contra o mundo capitalista hostil. A transformaremos em uma poderosa base de apoio do socialismo combativo. Nós a converteremos em pedra angular da federação socialista mundial.

(Extraído da obra *Escritos*, León Trotsky, tomo I, 1929-30, vol. 2, editorial Pluma. Um tópico do artigo *O desarmamento e os estados unidos da Europa*, 4 de outubro de 1929)

